

## Quem disse ?

«Falta coração à Europa. Falta-lhe imaginação e dimensão humana»

**Manuel Alegre**  
Expresso, 19 de Junho

**ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

Nº1025 24 JUNHO 1999 100\$ - 0,5 €

**ACÇÃO SOCIALISTA**

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## PSD levanta obstáculos

### PS quer aprovar «bases» da Segurança Social

O Grupo Parlamentar do PS está fortemente empenhado em concretizar a revisão da Lei de Bases da Segurança Social até ao final da presente legislatura, que acontecerá a 2 de Julho próximo, após decisão unânime da conferência de líderes parlamentares.

Na discussão da especialidade, porém, a bancada socialista está a deparar-se com manobras e obstáculos processuais levantados pelo PSD. Em comunicado difundido terça-feira, o Grupo Parlamentar do PS sublinha que tem contribuído «para serem criadas condições sérias para que seja aprovada nesta legislatura a Lei de Bases da Segurança Social». «Infelizmente» - continua o comunicado -, «entre os partidos da oposição, o PSD tem-se destacado, nesta fase final dos trabalhos parlamentares, pela criação de obstáculos a uma célere conclusão da discussão da lei, provocando um arrastamento excessivo desses trabalhos».

Em resposta à tentativa do PSD no sentido de encerrar mais tarde a Assembleia da República, o PS frisa que «não se deixará envolver em manobras processuais destinadas a prolongar artificialmente a actual sessão legislativa. Os partidos acordaram uma data como limite temporal dos trabalhos parlamentares. Esse acordo deve ser respeitado».

Além desta advertência, o Grupo Parlamentar do PS também assinala que «não permitirá que a discussão da Lei de Bases da Segurança Social se transforme num instrumento de chicana política. O PS não permitirá que aqueles que retardaram os processos de discussão usem esse atraso como pretexto para atingirem objectivos que, tendo a ver com estratégias partidárias, nada têm a ver com a Segurança Social nem com os interesses dos portugueses».

## João Cravinho responde ao PSD

### INVESTIMENTOS PÚBLICOS INSERIDOS NUMA ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO

O PSD falhou em mais uma das suas interpeleções ao Governo, desta vez sobre o tema das Obras Públicas. Durante o debate parlamentar, na quinta-feira, o ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, demonstrou com números de entidades independentes como o ritmo de obras cresceu mais nos últimos três anos e meio do que na última legislatura «cavaquista». Além dos sucessivos erros e paralisias herdadas do anterior Governo, que a equipa de António Guterres teve de corrigir, o Executivo socialista lançou também uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo, tendo em vista corresponder aos desafios de modernização do século XXI.



Política - Estado da Nação

Política

### Intervenção de António Guterres A educação e as pessoas no centro do desenvolvimento



Este é o último Debate sobre o Estado da Nação desta legislatura. Assumo-o com a humildade de quem sabe que muita gente vive com dificuldades, que ainda há muito para continuar a fazer. Mas também com a consciência tranquila de quem sente que, quatro anos depois, a grande maioria dos portugueses vive melhor. A consciência tranquila de quem sabe que deu tudo quanto podia, às vezes mesmo talvez mais do que poderia, por Portugal, pelas portuguesas e pelos portugueses.

### Apesar de haver maioria PSD inviabiliza direitos da polícia



Apesar de haver uma maioria favorável à constituição de sindicatos na Polícia de Segurança Pública, o PSD acabou por não dar o seu contributo para os indispensáveis dois terços da proposta de lei do Governo. Deputados socialistas e o ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, apelaram insistentemente ao maior partido da oposição para deixar passar um diploma que daria à nossa polícia direitos equiparados às suas congéneres europeias. Mas nada feito.



## O Estado da Nação

António Guterres foi ontem à Assembleia da República participar no último debate sobre o «Estado da Nação» desta legislatura, aproveitando para fazer um pequeno balanço sobre a actividade governativa nas suas mais diferentes vertentes.

Assumindo com humildade democrática a incapacidade de resolver todos os problemas dos portugueses nos quatro anos desta legislatura, António Guterres não quis deixar de frisar que conseguiu cumprir as três marcas profundas que se tinha comprometido deixar na sociedade portuguesa, nos Estados Gerais.

Estas marcas prendem-se com um novo entendimento do funcionamento do Estado e com o sentir e as preocupações dos portugueses. Hoje existe uma vivência e uma nova cultura democrática que não resulta do facto do Partido Socialista não dispor de maioria absoluta, mas de um novo estilo de governar e de exercer o poder.

A paixão da Educação é outra das marcas que o primeiro-ministro pretendeu deixar da sua governação. Neste aspecto, a Educação passou a ser uma das principais prioridades do actual Executivo e o investimento, com visão e com trabalho, feito nesta área irá colher frutos durante muitos e longos anos.

Finalmente, a terceira marca anunciada por António Guterres, tem um cariz fundamentalmente social. Neste sentido, houve a coragem de não deixar esconder a pobreza, mas de a combater, transformando esta preocupação num dos vectores fundamentais da actuação do Executivo.

Apesar de ter guardado para a parte final da sua intervenção os brilhantes resultados que a economia portuguesa alcançou (há 29 meses que a taxa de desemprego diminuiu), mesmo perante o contínuo desacreditar da oposição, António Guterres não deixou de sublinhar a integração de Portugal no núcleo de países fundadores do euro, bem como a crescente influência de Portugal na Europa, quer a nível de política externa quer ao nível da própria construção europeia, salientando o excelente desempenho do Governo na negociação da Agenda 2000.

Mas, António Guterres não falou apenas da vasta obra que o actual Executivo produziu nos últimos quatro anos, muitas das vezes em condições de enorme dificuldade política. O primeiro-ministro aproveitou o debate para lançar novos desafios e para assumir o novo designio nacional: «Ultrapassar no prazo de uma geração o atraso estrutural que ainda nos separa do centro da União Europeia».



## FRANÇA ESCOLHE SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

A histórica vitória do PSF com um projecto de profundas reformas socializantes como a nacionalização dos principais sectores da economia, imposto sobre as obscenas grandes fortunas, alargamento dos direitos dos trabalhadores e do período de férias, aumento do salário mínimo, entre outras medidas, era naturalmente notícia de primeira página do «Acção Socialista» de 25 de Junho de 1981, bem como a entrevista do camarada Mário Soares à RDP, na qual o líder do PS passava em revista os grandes temas da actualidade nacional e internacional.

Outra notícia a merecer destaque era a evocação de Sá de Miranda, na passagem do quinto centenário do seu nascimento, feita na Assembleia da República pelo camarada Manuel Alegre.

A estrondosa vitória do PS por maioria absoluta na Nazaré era ainda motivo de profunda análise nas páginas do órgão oficial do PS, partido de projecto e de militantes.

J. C. B.

25 de Junho

Quem disse?

«O PS aparece cada vez mais como o factor de estabilidade e elemento de esperança para uma renovação, para uma mudança no bom sentido»

Mário Soares



## Novos prazos Alterações à lei eleitoral publicadas

As alterações à Lei Eleitoral para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu, no que diz respeito ao encurtamento dos prazos, foram publicadas, na passada terça-feira, dia 22, no «Diário da República».

Trata-se de uma adequação dos limites temporais eleitorais às determinações da Constituição, designadamente no que se refere ao caso da dissolução do Parlamento.

Nos termos das alterações, o Presidente da República marca a data das eleições para a Assembleia da República com a antecedência mínima de 60 dias ou, em

caso de dissolução, com a antecedência mínima de 55 dias.

No caso de eleições para nova legislatura, essas realizam-se entre o dia 14 de Setembro e o dia 14 de Outubro do ano correspondente ao termo da legislatura.

Quanto ao Parlamento Europeu, o Presidente da República, ouvido o Governo, marca a data das eleições com a antecedência de 60 dias.

A lei foi aprovada pelo Parlamento, no dia 29 de Abril, mas só esta semana foi oficialmente publicada para «não atrapalhar» os prazos das eleições europeias que se realizaram no passado dia 13.

## Fogos florestais Plano de combate em acção

As Forças Armadas portuguesas activaram, na passada segunda-feira, primeiro dia de Verão (21 de Junho), um plano de combate aos fogos florestais que consiste essencialmente numa prontidão de resposta até quatro horas no ataque às chamas.

Trata-se da «fase vermelha» do plano LIRA, que se segue à «fase amarela» em que a participação das Forças Armadas se limitou a «acções de patrulhamento».

A «fase negra», última do plano, prevê o aumento do quantitativo das forças empenhadas e reduz o seu tempo de resposta.

A Força Aérea Portuguesa também colabora neste combate, através do emprego de meios aéreos, nomeadamente he-



licópteros, em apoio ao Serviço Nacional de Protecção Civil e aos bombeiros.

O LIRA regula o apoio do Exército Português na prevenção, detecção e eventual combate aos incêndios florestais e no abastecimento de água a populações.

## Kofi Annan adia referendo em Timor

As periclitantes condições de segurança em Timor-Leste «obliga». O referendo popular em Timor-Leste vai ser adiado, mas a nova data não foi revelada no relatório que o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, apresentou ontem, em

Nova Iorque.

Face à gravidade das condições de segurança existentes no território, Kofi Annan vai dar mais três semanas à UNAMET para verificar «in loco» a evolução da situação. Só depois anunciará a nova data.



## INVESTIMENTOS PÚBLICOS INSERIDOS NUMA ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO

O PSD falhou em mais uma das suas interpelações ao Governo, desta vez sobre o tema das Obras Públicas. Durante o debate parlamentar, na quinta-feira, o ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, demonstrou com números de entidades independentes como o ritmo de obras cresceu mais nos últimos três anos e meio do que na última legislatura «cavaquista». Além dos sucessivos erros e paralisias herdadas do anterior Governo, que a equipa de António Guterres teve de corrigir, o Executivo socialista lançou também uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo, tendo em vista corresponder aos desafios de modernização do século XXI.

**P**erante os deputados, João Cravinho apresentou as três principais inovações do actual Governo no domínio das Obras Públicas. Em primeiro lugar, o Governo inovou definindo uma estratégia explícita de valorização a longo prazo do território nacional na Europa do século XXI. Em segundo lugar, o Governo também marcou a diferença face ao anterior programando a infra-estrutura e equipamento do território mediante redes intermodais e funcionais coordenadas no plano nacional e transeuropeu, de modo a garantir a ambição estratégica nacional de realizar na primeira frente atlântica europeia uma vasta plataforma logística na interface da Europa com a economia global. Finalmente, segundo o ministro, «o Governo inovou, deixando claro que a valorização de cada empreendimento deve depender da utilidade dos serviços a prestar ao público em



termos da cadeia ou da rede integrada em que ele se insere - isto, em alternativa à orientação de anteriores governos no sentido de subordinar cada investimento, na melhor das hipóteses, à visão tecnocrática dos respectivos «lobbies» de engenharia de construção».

«A verdade é que nesta legislatura se investiu significativamente mais que na anterior. Mas, bastante mais importante que o simples aumento do investimento, é a inserção sistemática da realização dos investimentos públicos no quadro de uma estratégia de longo prazo», sublinhou o membro do Governo, antes de lamentar que o PSD «ainda hoje não tenha compreendido que, na comparação das duas legislaturas, o facto mais relevante é que se passou de uma política avulsa de obras públicas para um política de planeamento e equipamento do território nas mais diversas frentes segundo uma visão estratégica explicitamente definida».

### Cavaco sem estratégia

Como salientou o ministro do Equipamento na sua intervenção, «a estratégia do anterior Governo era não ter estratégia, para melhor poder escolher arbitrariamente os projectos de maior interesse imediato para os «lobbies» mais influentes em cada momento».

Analisando os motivos da interpelação apre-

sentada pelo maior partido da oposição ao Governo, João Cravinho contrapôs que aquilo que entrou em «grave crise foi a construção do PSD como alternativa ao Governo. É o desespero dessa crise bem real que força o PSD a soprar uma falsa crise na actividade de construção, desmentida pela análise séria das mais diversas informações fornecidas pelas contas públicas».

O ministro do Equipamento declarou então que o grau de utilização é de 80 por cento (contra 71 por cento do tempo do PSD). Mas outros indicadores comprovam a boa evolução do sector. O consumo de cimento está 25 por cento acima do verificado em 1995 e o consumo de aço eleva-se a 80 por cento. Entre 1996 e 1999, serão investidos cerca de 1800 milhões de contos no conjunto das obras contra 1150 milhões de contos investidos entre 1992 e 1995. Mesmo no caso das auto-estradas, de acordo com o ministro, a superioridade da actual legislatura é evidente.

Em 1996/1999, entrarão ao serviço 566 quilómetros de auto-estradas, enquanto que no triénio anterior apenas foram abertos à exploração 421 quilómetros. A mesma conclusão resulta clara se compararmos a totalidade de entrada ao serviço de IP's e IC's - isto é 767 quilómetros contra 653, ou se considerarmos a conservação e beneficiação de outras estradas, nas quais se confrontam os 169 milhões de contos de despesa com os 108 realizados em 1992/95.

### A obra do actual Governo

Durante o debate na Assembleia da República, o ministro do Equipamento não deixou de se referir a projectos que já haviam sido desenvolvidos pelo anterior Governo e que o actual continuou. «Continuá-los e concluí-los bem só pode ser motivo de apreço e boa nota para qualquer Governo», disse, citando como

exemplo o caso dos acessos à Expo, bem como o próprio recinto da exposição. O actual Executivo, no entanto, também lançou e realizou muita obra própria. «Para além da demonstração já feita com a execução financeira dos projectos lançados entre 1993 e 1998, note-se que, no presente momento, entre as dezenas de projectos importantes da Junta Autónoma de Estradas actualmente em curso, já não há qualquer projecto adjudicado pelo Governo anterior. São duzentos milhões de contos de investimentos todos adjudicados pelo actual Governo. Mas a falta de vergonha é tal que se chega a dizer que este Governo não decidiu um único projecto», acusou João Cravinho, dirigindo-se especialmente à bancada do PSD.

Entre outros exemplos de notória evolução, o ministro aludiu ao sector ferroviário, incluindo o metro. Dos 100 milhões do tempo de Cavaco Silva, a equipa de António Guterres vai investir cerca de 400 milhões de contos. Mas também marcou a diferença na questão do Alqueva. «A viabilização irreversível do Alqueva, com ou sem financiamento comunitário, foi uma decisão deste Governo. A viabilização do metro do Porto também. A conclusão imediata da Rede Nacional de Auto-Estradas, com o lançamento no mercado de 14 novas concessões responsáveis por investimento em nova construção da ordem dos mil milhões de contos é outra decisão deste Governo. Antes do fim de 2006, a Rede Nacional de Auto-Estradas, com mais de três mil quilómetros, ficará praticamente concluída», assegurou João Cravinho. Terminou, depois, deixando o seguinte recado ao PSD: «Neste momento, face aos resultados eleitorais para o Parlamento Europeu, o PSD sente que em Outubro não vai lá. E isso desorienta. Nesse desvario, agarra-se a tudo, inventa crises, porque começa a pensar que apenas uma grande crise, sabe-se lá qual, poderá sustê-lo na sua breve queda.»

## PSD INVIABILIZA DIREITOS DA POLÍCIA

**Apesar de haver uma maioria favorável à constituição de sindicatos na Polícia de Segurança Pública, o PSD acabou por não dar o seu contributo para os indispensáveis dois terços da proposta de lei do Governo. Deputados socialistas e o ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, apelaram insistentemente ao maior partido da oposição para deixar passar um diploma que daria à nossa polícia direitos equiparados às suas congéneres europeias. Mas nada feito.**

**N**a votação, na especialidade, na passada quinta-feira, na Assembleia da República, o diploma que pretendia consagrar a criação de sindicatos da PSP, o PS e o PCP votaram favoravelmente, formando uma maioria simples. No entanto, como se trata de uma lei que requer maioria qualificada, a posição do PSD e do PP acabou por ser determinante. Ao votarem contra, inviabilizaram os indispensáveis dois terços para a aprovação da lei.

Perante este resultado, o ministro da Administração Interna garantiu que um dos primeiros diplomas que o PS voltará a apresentar na próxima legislatura será este,

referente aos direitos sindicais a conferir aos agentes da polícia.

Antes da votação, Jorge Coelho, dirigindo-se especialmente à bancada do PSD, apelou «aos que têm conceitos do passado para que deixem de ter esse tipo de posições e abram os olhos à modernidade». Depois, ao contrário do que tem sido afirmado por deputados do maior partido da oposição, o membro do Governo lembrou que, mesmo países como o Reino Unido, têm sindicatos de polícia. Aliás, todos os países da União Europeia concedem esses direitos aos seus agentes de segurança. Portugal continua a ser um caso isolado.

«Não façam do vosso partido o único do Partido Popular Europeu que defende a originalidade de ser contra estes direitos. Não se agarem a conceitos do passado e a conservadorismo. Não fiquem parados perante a evolução do mundo», declarou Jorge Coelho, recebendo uma prolongada ovação da bancada socialista.

O ministro da Administração Interna confrontou ainda o PSD com contradições do passado. É que o ex-ministro Eurico de Melo disse que não veria qualquer problema na criação de sindicatos da polícia desde que a PSP tivesse um estatuto civil, o que acontece agora, apesar de o PSD continuar a persistir na ideia de proibir.

## A EDUCAÇÃO E AS PESSOAS NO CENTRO DO DESENVOLVIMENTO

**E**ste é o último Debate sobre o Estado da Nação desta legislatura. Assumo-o com a humildade de quem sabe que muita gente vive com dificuldades, que ainda há muito para continuar a fazer. Mas também com a consciência tranquila de quem sente que, quatro anos depois, a grande maioria dos portugueses vive melhor. A consciência tranquila de quem sabe que deu tudo quanto podia, às vezes mesmo talvez mais do que poderia, por Portugal, pelas portuguesas e pelos portugueses.

Há quatro anos, nos Estados Gerais, comprometi-me a que o governo da Nova Maioria trabalhasse para atingir um grande objectivo nacional e deixar três marcas profundas que o futuro dificilmente pudesse apagar.

Primeira marca, a vivência de uma nova cultura democrática - está cumprida. Há um novo estilo de governar e exercer o poder. Um estilo que não deriva do facto de não termos maioria nesta Assembleia. Se a confiança em nós for renovada e, sobretudo, se o Partido Socialista viesse a dispor de maioria absoluta, maior ainda seria o empenhamento no combate aos abusos de poder, no respeito pelos direitos dos outros, no exercício da acção governativa de forma dialogante. Este é um compromisso que eu assumo aqui hoje, perante esta Assembleia e perante todos os portugueses.

Segunda marca, fazer da Educação a prioridade das prioridades na acção do Estado e na vida da sociedade - está cumprida. Com investimento, com visão e com trabalho, o sistema educativo está a viver uma revolução tranquila cujos frutos se irão colher durante muitos anos. Terceira marca, tornar a pobreza numa preocupação central da sociedade portuguesa - está cumprida. Houve a coragem de não mais esconder a pobreza, mas de a combater, de deixar de fingir que não havia pobres em Portugal. Três marcas que acompanharam um grande objectivo nacional. Colocar Portugal no pelotão da frente, no centro do processo de construção europeia. Dar ao nosso país projecção política, económica e cultural como país desenvolvido e torná-lo mais influente nas grandes questões internacionais.

Portugal integrou o núcleo fundador do euro. A influência portuguesa na Europa ficou bem demonstrada no papel central que desempenhou nas negociações da Agenda 2000.

Empresas e grupos empresariais nacionais sólidos permitiram a Portugal, pela primeira vez, ser um investidor prestigiado no exterior. Em 1998, o terceiro maior no Brasil, o primeiro na Tunísia, o segundo em Moçambique. Tudo isto seria impensável há bem poucos anos.

Com um papel internacional acrescido, a política externa portuguesa teve a capacidade de enfrentar quatro crises simultâneas, Timor, Kosovo, Guiné-Bissau e Angola, ao mesmo tempo que negociava com a China a transição de Macau. O comportamento exemplar dos militares portugueses em todos os cenários onde foram chamados a intervir fez crescer ainda mais o nosso prestígio.

O caso de Timor é paradigmático do novo quadro em que se move a nossa política externa. Ainda há pouco mais de três anos, no encontro da União Europeia com a Ásia, em Bangkok, todos, incluindo os nossos próprios aliados, tudo



fizeram com o objectivo de impedir que eu próprio pudesse dar voz aos direitos e anseios do povo de Timor-Leste. Hoje, é a comunidade internacional que reconhece essa voz, afirmando o direito à auto-determinação dos timorenses. Temos consciência do que foi o nosso papel, mas tenhamos também a lucidez de reconhecer que o grande mérito está na heróica resistência dos timorenses que ergueram sempre bem alto o seu grito de liberdade. É o momento da Indonésia aceitar que todos, repito todos os timorenses, a começar por Xanana Gusmão, participem na campanha.

Neste momento crucial, estou certo que órgãos de soberania, forças políticas e sociedade civil saberemos estar à altura das nossas responsabilidades, cooperando intimamente com as Nações Unidas, que aqui quero saudar, mantendo a exigência inabalável de condições de liberdade e segurança para que a auto-determinação não seja uma farsa e garantindo aos timorenses toda a solidariedade de Portugal, quer no processo de transição quer no futuro.

Presença política, presença económica, mas também presença cultural acrescida no mundo de hoje. Estamos cada vez mais presentes nos grandes eventos e nas redes internacionais da cultura e da modernidade.

Quatro anos depois, está na hora de assumir um novo designio nacional: ultrapassar no prazo de uma geração o atraso estrutural que ainda nos separa do centro da União Europeia. Como já disse nesta Assembleia há apenas um mês, temos uma estratégia para o conseguir. Permitam-me que aborde apenas, num misto de balanço e prospectiva, se nos for mantida a confiança dos portugueses, algumas das linhas essenciais dessa estratégia.

Uma estratégia que assenta nas portuguesas e nos portugueses, a maior riqueza e o maior potencial do País. Tudo começa pelas pessoas, pela sua valorização, pela sua realização pessoal, familiar e profissional através do triângulo educação, formação e emprego.

Tudo começa assim pela educação e a educação começa pelo pré-escolar. Em 1995, pouco mais de metade das nossas crianças entre os 3

e os 5 anos o frequentavam, contra 70% da média europeia. Já em 1999/2000 estará assegurada a cobertura das necessidades de 90% das crianças de 5 anos, 70% das de 4 e 60% das de 3, em mais e melhores jardins escola e todos com horário completo.

Na próxima legislatura, queremos Portugal entre o grupo mais evoluído na União Europeia. O nosso compromisso é a cobertura integral pelo pré-escolar das crianças de 5 anos, e de 70 a 75% nos 3 e 4 anos.

Mas antes do pré-escolar está a primeira infância. Fizemos progressos significativos nesta legislatura. Mas queremos ir mais longe. O objectivo é duplicar em 2003 o número de crianças de idade inferior a 3 anos com acesso a creches.

A mesma lógica de continuidade e ambição está presente nos ensinamentos básico e secundário. Na motivação dos professores, na relevância dos currículos, na qualidade das instalações, nas novas modalidades de gestão autonomizada é patente a transformação de tantas tristes fábricas de aulas em verdadeiras comunidades educativas.

Um investimento maciço nas construções escolares para o 2º e 3º ciclos do ensino básico e para o ensino secundário permitiu reduzir de 20% para apenas 5% o número de escolas que funcionavam em pavilhões pré-fabricados. No final da próxima legislatura não haverá uma única escola nessas condições. Todos os novos edifícios têm ginásio, biblioteca, laboratórios e salas de informática, em contraste flagrante com o passado recente.

Complementarmente, iniciou-se um esforço promissor de cooperação com as autarquias para a renovação e equipamento das escolas do 1º ciclo. Concluir esse esforço e assegurar a gratuidade dos livros e materiais didácticos nos primeiros quatro anos de escolaridade é agora o nosso objectivo da próxima legislatura.

Contra o ensino livresco, nos últimos quatro anos construímos ou equipámos 880 laboratórios nos ensinamentos básico e secundário e 386 no ensino superior, e o Programa Ciência Viva atingiu 2.000 escolas e cerca de meio milhão de alunos. Com

a embalagem adquirida estaremos em condições de tornar obrigatória, no horizonte da próxima legislatura, a prática efectiva da componente experimental do ensino, mesmo no básico. É uma condição essencial para a realização dos alunos e para a capacidade competitiva da economia e da sociedade.

### Aposta na educação e formação

Quero também assumir um novo compromisso para com os jovens portugueses. Até ao final do próximo Quadro Comunitário de Apoio e colocando Portugal ao nível da Europa desenvolvida, todos os jovens até aos 18 anos de idade terão acesso ao ensino secundário, à formação profissional ou, se estiverem empregados, a uma forma de trabalho que também permita a obtenção de uma qualificação profissional.

A aposta na Educação e na Formação tem um objectivo fundamental: garantir um futuro com emprego. Entre 1995, 120.000 jovens estavam desempregados após um crescimento em flecha na legislatura anterior. Hoje, há menos 45.000 jovens desempregados e o seu número continua a diminuir rapidamente.

O Plano Nacional de Emprego permitirá aliás que, até ao final do ano 2000, seja oferecida uma oportunidade de emprego ou formação a todos os jovens, antes de completarem 6 meses de desemprego.

A formação profissional, representou 150 milhões de contos em 98, e 200 milhões em 99. É esta embalagem que nos permitirá, na vigência do próximo Quadro Comunitário de Apoio, atingir nas empresas 25.000 jovens por ano no sistema de aprendizagem e 120.000 trabalhadores por ano em formação contínua, mais do que duplicando os níveis actuais.

Este esforço de educação, formação e emprego só terá êxito se o país fizer uma aposta total na sua plena integração na sociedade de informação.

Durante a actual legislatura lançámos à terra as sementes que começam a frutificar. Ligámos à Internet todas as escolas a partir do 1º ciclo, bem como as bibliotecas públicas. Decorre agora idêntica ligação para as escolas do 1º ciclo do ensino básico. O programa «Cidades Digitais» arrancou já em Aveiro, Bragança e Guarda e está em fase de preparação ou aprovação num número crescente de localidades e regiões.

O êxito destas acções experimentais permite agora uma forte ambição para a próxima legislatura, em torno do Programa Nacional para a Sociedade de Informação. A primeira grande medida é a criação de uma Competência Informática Mínima, como passo fundamental para prevenir a Info-exclusão, a nova fonte de exclusão social e pobreza.

Os Ministérios da Educação, da Ciência e do Trabalho e Solidariedade estão a definir um Diploma de Competência Informática Básica, cujo conteúdo e exigência abrangerá todos os conhecimentos necessários para trabalhar com os computadores e com a Internet.

Até 2003, todos os alunos que terminarem a escolaridade obrigatória adquirirão essa capacidade. A mesma oportunidade será oferecida a todos os desempregados em complemento



dos cursos de formação.

Programas especiais serão concretizados para professores e elementos da função pública. Os cidadãos em geral que adquirirem por qualquer modo, formal ou informal, essas competências, terão direito à respectiva certificação.

No plano das redes, Portugal dispõe de uma apreciável quantidade de fibra óptica instalada. Agora impõe-se criar os mecanismos reguladores que constituam uma verdadeira Rede Nacional das Auto-estradas de Informação.

Na próxima legislatura pretendemos ainda: generalizar em todo o país o Programa «Cidades Digitais»; criar as condições para multiplicar por quatro o número de computadores com acesso à Internet nos lares portugueses; permitir a todos os cidadãos que o queiram e não disponham de computadores, um endereço de correio electrónico, E-mail, nas estações de correio, nas escolas, juntas de freguesia ou outras instituições que adiram a este programa, tendo como objectivo de referência dar acesso a mais 1 milhão de pessoas em menos de três anos; multiplicar por mil os conteúdos portugueses disponíveis na Internet, começando naturalmente, como elemento de estímulo, pela informação produzida pelas entidades públicas; concretizar a iniciativa nacional para o comércio electrónico, estando praticamente concluída a legislação sobre assinatura digital e factura electrónica. Tudo isto configura uma grande aposta nacional. Mobilizar o país para vencer esta aposta, dar o salto, queimar etapas é uma responsabilidade inescapável.

Vencer o atraso estrutural começa pela valorização e qualificação das pessoas.

Mas não é possível o empenhamento das pessoas se não for garantida a coesão nacional. E a coesão nacional assenta em dois pilares: a solidariedade e a segurança.

A consciência social e a solidariedade serão porventura a mais forte impressão digital identificadora deste governo.

Não preciso de repetir aqui hoje tudo quanto já sabem sobre o Rendimento Mínimo Garantido, a multiplicação dos programas de apoio à pobreza, o novo sistema de prestações familiares, beneficiando agora mais quem mais precisa, os aumentos mais justos das pensões de reforma. Crianças, idosos, dependentes e pessoas com deficiência viram fortemente reforçados os seus apoios e humanizado o seu relacionamento com a sociedade.

Três indicadores apenas para o demonstrar: 1º. O investimento nos equipamentos sociais mais do que duplicou;

2º. Há uma nova grande prioridade dirigida às pessoas idosas em situação de grande dependência. Quer pelo aumento significativo das pensões a elas destinadas, quer pelo plano experimental de intervenção Saúde/Ação Social 1999/2000, com a criação de 55 unidades de apoio integrado.

3º. O apoio domiciliário aos idosos duplicou entre 95 e 99. Duplicará de novo entre 99 e 2003. Serão também garantidas condições de acompanhamento e internamento condigno para os idosos de idade mais avançada e em comprovada situação de dependência.

**Nova geração de políticas sociais**

Estamos assim perante a construção de uma nova geração de políticas sociais, suportada pela formalização do pacto para a cooperação e solidariedade assinado pelo governo, Associações Nacionais de Autarquias, União das Misericórdias, das IPSS e das Mutualidades. Assim se constrói progressiva-

mente uma sociedade de bem estar ampliando o próprio estado de bem-estar.

Naturalmente que o sistema público de Segurança Social continua e continuará a ser a sua espinha dorsal. A nova Lei de Bases da Segurança Social será a pedra angular da reforma do sistema para garantir no longo prazo a sua humanização, equidade e sustentabilidade financeira.

A prioridade deste governo dada às políticas sociais não sofre contestação. Mas tínhamos consciência, desde o primeiro momento, que não havia recursos para fazer tudo ao mesmo tempo. Nas eleições de 95 definimos as prioridades deste mandato: a educação e o combate à extrema pobreza. Daí que eu próprio tenha anunciado, na campanha eleitoral, que não iríamos poder, neste mandato, afectar à saúde todos os recursos que considerávamos desejáveis. Não enganámos os portugueses e por isso temos inteira credibilidade para dizer agora que a saúde será a grande prioridade no crescimento da afectação dos recursos no plano social durante o próximo mandato.

Todos temos consciência das deficiências do Serviço Nacional de Saúde e do sistema de saúde no seu conjunto. Mas importa também dizer com verdade que apesar dessas deficiências e das limitações financeiras, há admiráveis dedicações, serviços de excepcional qualidade e avanços significativos.

Alguns exemplos: 7 milhões de portugueses já aderiram ao Cartão do Utente, para simplificar acessos e personalizar serviços. Em 92/95 entraram em funcionamento 45 Centros de Saúde e Extensões. Em 96/98, 125, a que haverá que acrescentar 45 novos este ano. Entre 95 e 98, o número de consultas aumentou em cerca de 1 milhão e meio nos Centros de Saúde e um milhão nos hospitalais.

O número de vagas nas faculdades de medicina cresceu 18% só este ano. Nas escolas superiores de enfermagem o acréscimo foi de 2.300 em 97/98 e 98/99. Entretanto, estão já tomadas decisões sobre as novas faculdades de medicina e a qualificação e desenvolvimento do ensino da enfermagem e de outras tecnologias de saúde.

Mesmo as listas de espera, um problema de sempre, começaram a ter resposta. Com as verbas disponibilizadas, só em 99 serão recuperadas 16.000 cirurgias. Para dar um exemplo de êxito particularmente relevante, o protocolo com o Hospital da Cruz Vermelha permitiu já recuperar 50% da lista de espera de cirurgias cardíacas na Região Sul. Neste momento estão definidos objectivos claros, por especialidade, por forma a garantir até 2002 a recuperação de todas as listas de espera para os tempos clinicamente recomendados de acordo com as normas internacionais.

O que está em causa na próxima legislatura é, no entanto transformar as medidas já adoptadas numa lógica global de reforma do sistema assente nos seguintes princípios fundamentais, já em grande parte traduzidos em legislação aprovada:

- Manutenção das responsabilidades do Estado pela cobertura dos riscos de saúde.
- Distinção entre as entidades financiadoras, já criadas e as entidades prestadoras dos cuidados de saúde.
- Clarezza na separação de águas entre as actividades públicas e privadas.
- Autonomia de gestão de hospitais, de centros de saúde e sistemas locais de saúde permitindo eficácia, responsabilidade e humanização, agindo em paralelo com as instituições do sector privado não lucrativo ou convencionadas que prestam serviços ao

SNS.

- Estímulo aos regimes de trabalho a tempo inteiro e à dedicação exclusiva.

- Criação de centros de responsabilidade no interior das instituições, permitindo uma melhoria das remunerações em relação com índices de produtividade e qualidade.

- Organização de todo o sistema tendo como objectivo fundamental o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde, a rapidez e a humanização do atendimento e a qualidade na prestação dos cuidados.

A Saúde, a segurança e o bem-estar dos cidadãos e das famílias passa também muito, e cada vez mais, pela qualidade e segurança dos alimentos. Estamos bem atentos e conscientes de que os cidadãos e consumidores enfrentam hoje uma série de ameaças à sua confiança nos produtos alimentares. "Doença das vacas loucas", salmonelas e dioxinas nos frangos, hormonas e antibióticos na carne, resíduos de pesticidas nas frutas e legumes, alimentos geneticamente modificados... Sabemos bem, como a deficiente condução técnica e política de casos destes tem também consequências graves para os sectores produtivos envolvidos. Assim, entendo dever ser criada uma Agência para a qualidade e segurança alimentar, sob a tutela da defesa do consumidor, para assegurar em última análise aos consumidores portugueses que podem confiar na qualidade daquilo que consomem.

A coesão nacional tem como pilares a solidariedade e a segurança. Segurança esta, que depende em primeira linha da actuação das forças policiais.

Que diferença entre as forças policiais de hoje e de há quatro anos. Formámos 8.100 agentes, contra 4.000 na anterior legislatura. Temos 60 obras em instalações a decorrer. Encontrámos 5 em 1995. Estão em preparação 85 projectos. Encontrámos 7 em 1995. Adquirimos 4.000 viaturas, quase quatro vezes mais que na anterior legislatura. Fez-se uma verdadeira revolução no sistema informático e de comunicações. O conceito de policiamento de proximidade substituiu a megalomania das super-esquadras. A PSP e a GNR foram profundamente reformadas, no sentido da cidadania apesar da inexplicável obstrução do PSD à criação de um sindicato de polícia. Para a próxima legislatura entendemos dever formar de novo cerca de 8.000 agentes e manter o esforço de investimento.

A segurança dos portugueses não depende só das forças policiais. Há também que diminuir a criminalidade e os factores que a induzem.

Menos desemprego significa menos crime. Menos pobreza significa menos crime. Menos toxicod dependência significa menos crime.

O Governo da Nova Maioria elegeu a toxicod dependência como o seu inimigo número um. Passados quatro anos, Portugal tem pela primeira vez uma Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga. Sem aprovar ou liberalizar o consumo de drogas, foi este Governo que teve a coragem de propor a concretização em realidade legal do princípio, que outros utilizaram apenas como frase de propaganda, de que "os toxicod dependentes não são criminosos, são doentes". Garantimos hoje tratamento a todos os toxicod dependentes que o desejem, ultrapassando as metas fixadas na legislação sobre a matéria que esta Câmara, em boa hora, aprovou por unanimidade.

O número de Centros de Atendimento a Toxicod dependentes era de 26 em 94, passou para 45 em Março deste ano. Há 1.084 camas em comunidades terapêuticas e 104 em clínicas de desabilitação. O apoio aos

toxicod dependentes em comunidades terapêuticas era de 72 contos em 96, é hoje de 132. O investimento passou de 7 milhões de contos em 95 para 16,6 em 99. As medidas de integração no emprego e de inserção social dão os seus primeiros resultados.

Ainda não vencemos a guerra, com certeza - mas já começamos a ganhar batalhas. Reconhecendo, com humildade, a dimensão do problema, temos a certeza de tudo ter feito para o contrariar.

Mas para que as portuguesas e os portugueses se sintam seguros, é também preciso que o sistema de justiça responda às necessidades da sociedade. Temos consciência das dificuldades, mas os esforços feitos durante a legislatura no sector da Justiça não podem ser ignorados.

Quatro exemplos apenas de muitos que poderia citar:

a criação de 120 novos tribunais e juízos e o alargamento do quadro de magistrados e funcionários como resposta ao aumento explosivo de processos;

o enorme investimento no sistema prisional que subiu de 8,7 para 29 milhões de contos entre as duas últimas legislaturas. O sistema pode hoje acolher mais 2.500 reclusos e está a melhorar muito substancialmente a humanização das cadeias;

a verdadeira revolução na justiça de menores, quer no que diz respeito aos jovens delinquentes, quer para os jovens vítimas de maus tratos e abandono, numa perspectiva humanista de que o país se pode orgulhar;

a revisão do Código do Processo Penal para uma maior celeridade.

Mas os problemas da justiça têm hoje uma complexidade em todo mundo que ultrapassa em muito a capacidade dos governos.

O aperfeiçoamento das instituições judiciárias, e dos sistemas processuais exigirá, cada vez mais, de todas as forças partidárias um debate profundo sobre questões que só podem ser resolvidas pela criação de amplas zonas de consenso parlamentar. O sistema de recursos e as quase ilimitadas probabilidades de dele usar e abusar, a não cooperação de muitos com a Justiça, criando situações constantes de adiamento; a existência de intermináveis querelas sobre distribuição de poderes entre os vários operadores judiciários; o excesso de garantias nalguns tipos de processos com prejuízo para rapidez da justiça. Eis um conjunto de questões que tiveram já solução parcial nas reformas feitas mas que, no nosso entender, necessitam de continuar a ser aperfeiçoadas num clima de consenso parlamentar que tenha presente as necessidades de abreviar os prazos das decisões judiciais, nos planos legislativo e, eventualmente, constitucional.

Vencer o atraso estrutural significa também adoptar uma visão renovada do espaço e do território, do ambiente e do ordenamento. Quer ao serviço da qualidade de vida dos cidadãos e do desenvolvimento sustentável quer aproveitando a nossa posição geo-económica como factor de competitividade da economia portuguesa.

São quatro os eixos fundamentais em que se articula esta visão.

1º. A sustentabilidade do desenvolvimento, fazendo da protecção do ambiente um elemento integrador de todas as políticas e um factor da própria competitividade do país;

2º. A política das cidades, assente na requalificação das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e na valorização de uma rede de centros urbanos de dimensão intermédia, que seja estruturante do território e da criação de riqueza e bem estar;

3º. O desenvolvimento rural, compreendendo a política agrícola mas assumindo-se numa perspectiva integrada de preservação do povoamento, do ambiente, da identidade cultural e da paisagem;

4º. A aposta em Portugal como Primeira Plataforma Atlântica da Europa, como base logística da inserção do espaço europeu na economia global.

Em todos estes eixos é hoje possível encontrar um rumo bem definido, em torno do qual facilmente se estabelece um balanço do que foi feito na última legislatura e se definem as perspectivas para o futuro.

Limitar-me-ei a citar seis exemplos.

Primeiro exemplo, quanto a direitos de cidadania ambiental. A taxa de cobertura da população por tratamento de esgotos era de 21% em 95, é hoje de 55%. A percentagem da população servida por um sistema adequado de resíduos sólidos urbanos era de 24% em 1997, será de 94% no final deste ano. Mais de 300 lixeiras foram ou serão encerradas. 5 milhões de cidadãos beneficiam hoje de novos ou melhorados sistemas de abastecimento de água. Com esta base é possível garantir que, durante a próxima legislatura, atingiremos os níveis da União Europeia, incluindo o abastecimento de água, o tratamento de esgotos e a recolha e tratamento dos resíduos, incluindo 100% dos industriais e hospitalares.

Segundo exemplo: A área de floresta nova ou beneficiada por ano foi de 54.000 hectares entre 92 e 95, de 72.000 hectares entre 96 e 98. Será de 100.000 hectares entre 2000 e 2006. Os regadios inteiramente financiados pelo Estado, concluídos em média anual, foram de 1.151 hectares entre 92 e 95, 3.250 entre 96 e 99. Serão superiores a 9 milhões entre 2000 e 2006.

Terceiro exemplo: permitam-me que pegue no tema da rede urbana pelo lado da cultura.

A rede nacional de leitura pública cobrirá todos os municípios até 2003. Na actual legislatura foram já abertas 30 novas bibliotecas e lançados concursos para outros 62. Ao ritmo do anterior governo, este objectivo demoraria mais de 30 anos a atingir. O Governo tomou a decisão de criar uma Rede Nacional de Teatros e Cine-Teatros, assegurando que pelo menos todas as cidades capitais de distrito terão, até ao ano 2001, um espaço vivo para concertos, bailado, teatro, cinema ou exposições. Estão neste momento já em curso 11 obras em todo o país, numa operação que envolve 9 milhões de contos no seu conjunto.

Também uma Rede Nacional de Museus, moderna e estruturada está em lançamento e será uma realidade que conta com um investimento da ordem dos 30 milhões de contos.

Quarto exemplo: nos últimos anos, o esforço do investimento público em política de habitação social teve uma importância quantitativa e qualitativa sem precedentes. As participações a fundo perdido para os programas de realojamento atingiram 51 milhões de contos no período de 1996 a 1998, criando 18.000 fogos, valores que mais do que triplicam face ao triénio anterior. Os incentivos ao arrendamento jovem duplicaram.

O actual Governo não se limitou à construção de habitação, antes procurou integrá-la no seio de verdadeiras comunidades locais. Construímos equipamentos sociais, desportivos, culturais e recreativos, incluindo a reabilitação dos existentes, para a infância, para os jovens, mesmo aqueles em situação de risco, para os idosos, para os sem-abrigo e para os deficientes. De 1996 a 1998, foram efectuadas 203 intervenções, num total de 24,3 milhões de contos, em zonas de realojamento e bairros sociais



em avançado estado de degradação e abandono, contra apenas 4 intervenções e 650 mil contos no triénio anterior.

No quadro do apoio ao investimento social nas Áreas Metropolitanas, só o Ministério do Trabalho e Solidariedade prevê a aplicação de 27 milhões de contos em equipamentos sociais durante os próximos 4 anos. Por outro lado, o esforço financeiro associado às medidas de inserção social e profissional dos grupos particularmente desfavorecidos nessas áreas está estimado, para o período da próxima legislatura, em 46 milhões de contos.

Quinto exemplo: fazer de Portugal a Primeira Plataforma Atlântica da Europa assenta na concretização de um princípio essencial deste governo. As infraestruturas não são um valor em si. O que conta é a capacidade de gerir redes intermodais, aproveitando ao máximo as novas possibilidades de parceria entre os sectores público e privado. O que conta não são as obras são as pessoas e as empresas que as utilizam criando riqueza e bem estar. Por isso decidimos transformar duas redes litóricas, em duas redes nacionais, abrangendo também o interior; refiro-me ao gás natural e às auto-estradas.

Concluída a reforma do sistema portuário estou em condições de vos anunciar a assinatura amanhã do acordo base para a concessão do terminal XXI do Porto de Sines a um consórcio internacional liderado pelo Porto de Singapura, o maior operador mundial. Este investimento, de cerca de 45 milhões de contos, irá fazer de Sines o novo grande terminal de contentores europeu, interligando-se com diversas redes de acessibilidade e funcionando conjuntamente com o novo terminal de gás natural, como pólo de atracção para o desenvolvimento do Alentejo.

Sexto exemplo: Matéria particularmente polémica nos últimos tempos tem sido a da evolução do investimento em infraestruturas. Os números, porém, são claros. Os volumes globais de investimento concretizados no período de 92/95 e no período de 96/99 passaram: nas estradas, de 602 milhões de contos para 748;

nos caminhos de ferro e metropolitanos, de 428 milhões contos para 746; nos portos, de 49 milhões de contos para 81; nos aeroportos, de 41 milhões de contos para 136.

O PSD costuma dizer que estes números não valem, porque o que conta não é quem faz as obras, mas quem as começa. E segundo o PSD o governo actual não fez mais do que

acabar o que tinha sido adjudicado pelo governo anterior.

Em matéria de estradas, o PSD chegou mesmo a afirmar aqui na Câmara que este governo não fez nada. Vejamos então a construção das auto-estradas e outros itinerários principais e complementares.

Para evitar misturas, consideremos apenas as obras adjudicadas e concluídas integralmente em cada uma das duas legislaturas. Os números uma vez mais não enganam. Entre 1992 e 1995 foram adjudicados, construídos e abertos ao tráfego 308 Km, de 1996 até final de 1999 estão adjudicados e construídos, e foram ou serão abertos ao tráfego 370 Km.

Mas onde, perguntarão os Senhores Deputados? Dar-vos-ei apenas a título de exemplo seis troços particularmente significativos: 38 km de Alcácer do Sal a Grândola; 34 km de Estremoz a Elvas (este a abrir brevemente, completando a ligação em auto-estrada Lisboa-Madrid); 32 km de Montemor a Évora; 29 km de Valença a Ponte de Lima; 28 km da Marateca a Alcácer do Sal e 19 km do Montijo a Palmela (assegurando a ligação à Ponte Vasco da Gama).

Mas nós não nos limitamos a fazer estradas. Elaboramos um novo Plano Rodoviário Nacional, o primeiro desde o Bloco Central. E mais do que isso, acabámos com o método de construção de auto-estradas aos bocadinhos. Estamos a lançar de uma só vez um conjunto de 14 concessões, num total de 1.049 km de auto-estradas, antecipando em 16 anos em relação aos ritmos do passado a concretização da rede de itinerários principais e complementares.

A rede de auto-estradas do Oeste, está adjudicada. Em concurso estão a rede de auto-estradas do Norte com ligação a Espanha através de Chaves, a SCUT da Beira Interior, IP2 e IP6, a SCUT do Algarve, concluindo a Via do Infante, a do Grande Porto, a da Costa de Prata, na ligação Porto-Aveiro, a da duplicação do IP5 e a da ligação Caminha-Viana-Ponte de Lima.

Em preparação estão os concursos de mais 5 concessões de auto-estradas com portagem, já aprovadas no Conselho de Ministros.

O próximo governo, seja ele qual, for terá como nunca o trabalho preparado. O ritmo de construção destas obras públicas em Portugal atingirá assim os níveis mais elevados de sempre. Não quis propositalmente neste Debate do Estado da Nação a usar como tema relevante a área seguramente mais favorável ao governo. Refiro-me à evolução da economia portuguesa. Mas os factos são os factos e no jul-

gamento a que os portugueses submeterão em breve o PS e o governo este será seguramente o factor decisivo.

### Há 29 meses que o desemprego diminui

A verdade é que Portugal conseguiu entrar para o núcleo dos países fundadores do euro. Reduzindo o défice e a dívida públicas e a inflação e contrariando as previsões generalizadas que os analistas internacionais faziam no momento em que este governo tomou posse. Mas o grande mérito da política económica e, sobretudo, seguramente, o grande mérito da iniciativa e do trabalho dos portugueses está em ter alcançado esses objectivos de estabilidade num quadro de crescimento forte da economia e do emprego.

Uma vez mais contra factos não há argumentos. Entre 96 e 98 a nossa economia cresceu 50% acima da média europeia e três vezes mais do que nos anos anteriores. Entre 96 e 98 o investimento cresceu três vezes mais do que a média europeia, quando tinha estagnado nos três anos anteriores. Em 96 e 98 o emprego cresceu três vezes mais do que a média europeia, quando tinha diminuído nos três anos anteriores. Em 96 e 98 os ganhos reais dos trabalhadores aumentaram cerca de três vezes mais do que a média europeia e quatro vezes face ao triénio anterior.

Tudo isto significaria pouco se se não traduzisse numa melhoria significativa do bem estar dos portugueses.

De acordo com as projecções que neste momento já podemos fazer, andarà perto de 600 mil os números de famílias que compraram ou comprarão casas recorrendo ao crédito durante este mandato, muito mais do que duplicando o ritmo anterior. Todos sabemos quanto o ter casa própria é porventura a mais significativa ambição das nossas famílias.

O ano passado mais 1 milhão e meio de portugueses de idade superior a 15 anos gozou férias do que em 1995.

Há 29 meses que o desemprego diminui em Portugal em termos homólogos.

Estima-se que a intensidade da pobreza se reduza a metade durante estes quatro anos.

As oposições, particularmente o PSD nos debates orçamentais, aqui vieram dizer que tudo isto seria impossível. A capacidade dos portugueses desmentiu as oposições e em particular o PSD.

Por isso o PSD diz mal de tudo e de todos, incapaz de apresentar um projecto alternativo e um conjunto de ideias verdadeiramente inovador. Do estado da Nação também faz parte o estado da oposição, particularmente do seu maior partido. Essa é talvez o maior problema do estado da Nação, mas é um problema que não me compete resolver.

Sei que Portugal tem futuro. Sei que os portugueses quando querem se ultrapassam. Sei que podemos ser tão bons ou melhor do que os outros.

Por tudo isto mais do que valorizar o papel do governo, quero agradecer aos portugueses, a este povo admirável que cada vez mais desenvolve a auto-estima, o orgulho na sua pátria, a confiança nas suas possibilidades.

Agradecer a Saramago, a Manuel de Oliveira, a Sofia, a tantos outros cuja força interior nos serve de exemplo e cujos êxitos nos galvanizam.

É nos portugueses que confio. E posso dizer-lhes, olhos nos olhos, que também os portugueses podem confiar em mim.

Intervenção do primeiro-ministro, António Guterres, na AR, na abertura do debate do estado da Nação. Substitutos da responsabilidade da Redacção

## DESTAQUE – CM

## Espécies florestais

## ARBITRAR QUERELAS DE VIZINHANÇA

**A** resolução de conflitos de vizinhança decorrentes da plantação ou sementeira de espécies florestais de rápido crescimento passam agora pela chancela do Estado. É que, no dia 17, o Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que vem consagrar um meio de resolução de litígios na vizinhança, com o duplo escopo de criar um instrumento de tutela célere e eficaz destes interesses específicos dos particulares, ao mesmo tempo que se contribui para um desanuviamento dos tribunais comuns, assim libertos destas questões em primeira instância.

A consagração de uma arbitragem necessária, cujo tribunal terá competência para dirimir os conflitos de interesses entre particulares relativamente a estas matérias e a intervenção da Direcção Regional de Agricultura territorialmente competente, que nomeia o presidente do tribunal arbitral e à qual incumbe assegurar o apoio técnico e administrativo ao longo do processo, são as duas principais novidades introduzidas pelo diploma. No que se refere à parte substantiva, são



ainda de realçar três alterações importantes ao regime anterior. Assim, procedeu-se ao alargamento das espécies florestais contidas no âmbito de

aplicação do diploma, na medida em que se faz uma remissão para a definição de espécies florestais de rápido crescimento introduzida pelo decreto-lei n.º 175/88, de

17 de Maio, que abrange outras espécies que não apenas os eucaliptos, acácias ou allantos.

Introduz-se também uma definição clara do conceito de terrenos agrícolas - que serão os terrenos de sequeiro ou regadio cultivados ou que nos últimos dez anos tenham sido objecto de uma utilização agrícola regular, incluindo pousios até seis anos - o que permite que a proibição de plantação ou sementeira de espécies florestais de rápido crescimento em locais confinantes a terrenos agrícolas não se limite apenas, como anteriormente, a terrenos que estejam cultivados no exacto momento das acções de arborização, mas que possa funcionar relativamente a todos os terrenos afectados à actividade agrícola.

Estipulou-se ainda o alargamento de 30 para 40 metros da distância que deve mediar entre as espécies florestais de rápido crescimento e as nascentes, terrenos agrícolas de regadio, muros e prédios urbanos, no que constitui um regresso ao anteriormente disposto na Base I da Lei n.º 1951, de 9 de Março de 1937.

## DESTAQUE – CM

## Desenvolvimento rural

## LUTA CONTRA A DESERTIFICAÇÃO

O Conselho de Ministros aprovou, na passada quinta-feira, dia 17, em Lisboa, uma resolução que fixa o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) e estabelece procedimentos relativamente à sua concretização.

O PANCD visa orientar, disciplinar, promover, dinamizar, integrar e coordenar as acções de combate à desertificação e minimização dos efeitos da seca nas zonas semi-áridas e sub-húmidas, nomeadamente naquelas em que é mais notória e problemática a erosão e a degradação das propriedades do solo, a destruição da vegetação, e a deterioração do ambiente e dos recursos naturais e da paisagem em geral.

Este plano funcionará como referência mobilizadora e orientadora dos trabalhos de definição e aplicação das medidas e instrumentos de política para o desenvolvimento integrado e sustentado do território.

A resolução aprovada em reunião governamental define como prioridades no combate à desertificação o privilegiar das vertentes relativas à ocupação do território e ao conhecimento do fenómeno da erosão dos solos e da degradação dos recursos naturais, bem como a dinamização da cooperação internacional, quer numa óptica de apoio aos países africanos menos desenvolvidos quer numa perspectiva de abordagem mais ampla da problemática da



desertificação na Europa Mediterrânica Meridional, tendo como pressuposto que a desertificação e a seca são fenómenos que ao nível nacional atingem de forma particular algumas zonas fronteiriças com a Espanha, e ao nível internacional afectam de maneira especial algumas regiões africanas integradas em países de língua oficial portuguesa.

Constituir uma Comissão Nacional de Coordenação com funções de coordenação do PANCD e criar um Observatório Nacional da Desertificação, de apoio à Comissão Nacional de Coordenação, com funções de acompanhamento e avaliação da aplicação das medidas e dos instrumentos de política, e a monitorização do impacto das acções sobre o ambiente, os recursos naturais e o território são também metas traçadas para o plano em questão.

## DESTAQUE – CM

## Pescas

## FUNDO DE COMPENSAÇÃO SALARIAL PARA PESCADORES

O Executivo socialista criou, no dia 17, em reunião de Conselho de Ministros, o Fundo de Compensação Salarial para os profissionais de pesca.

Este decreto-lei, aprovado na generalidade, cria uma entidade que será dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira e gerida por um conselho administrativo.

O Fundo destina-se a prestar apoio financeiro aos pescadores quando estejam temporariamente impedidos de exercer a sua actividade, daí decorrendo uma ausência parcial ou total de retribuição, desde que o referido impedimento se deva a calamidade pública, decretada como tal, que origine falta de segurança na barra e no mar, e implique o encerramento daquela, durante, pelo menos dez dias consecutivos.

A compensação salarial será aplicável igualmente se o impedimento em causa resulte de interdição de pescar (com duração mínima de 30 dias) determinada por razões excepcionais não repetitivas de preservação de recursos, motivos de saúde pública ou defesa do ambiente. Com a criação deste Fundo Salarial, de natureza eminentemente social, os profissionais da pesca, que por razões excepcionais e não repetitivas, se encontram em situações de imobilização total



ou parcial das respectivas embarcações, passam pela primeira vez a dispor de um mecanismo compensatório da perda da sua retribuição.

A manifesta dependência do exercício da actividade da pesca, quer das condições climáticas, quer do estado dos recursos, torna-se naturalmente incerta, em virtude de estar sujeita a condicionantes alheias à vontade de quantos trabalham no sector, ficando com o presente diploma criadas condições que lhes garantam uma mais adequada protecção.

## CONCERTAR ENERGIAS REGIONAIS

O diploma que cria e enquadra juridicamente os Conselhos Económicos e Sociais Regionais (CESR), concebendo-os como centros vocacionados para a aglutinação e estruturação das energias radicadas em cada região, na perspectiva da reforma do Estado e do desenvolvimento económico e social, foi aprovado, no dia 17, em Lisboa, durante a reunião do Conselho de Ministros.

Potencia-se assim a participação, numa instância de concertação a nível regional, dos governadores civis, das associações empresariais e de trabalhadores, dos estabelecimentos de ensino superior, de associações juvenis, bem como dos movimentos representativos dos interesses económicos, sociais, culturais e ambientais da região, na definição da estratégia regional de desenvolvimento económico e social. Os CESR são vocacionados para a promoção do diálogo e da concertação entre os parceiros sociais regionais, bem como da coordenação das políticas sectoriais com incidência regional, designadamente através da sua intervenção consultiva na elaboração dos instrumentos de planeamento que as concretizam e na definição dos programas de investimentos públicos a realizar na região.

A par desta intervenção consultiva, prevê-se ainda que os CESR disponham de direi-

to de iniciativa na definição da estratégia de desenvolvimento regional, através de recomendações a apresentar à Comissão de Coordenação Regional e ao conselho da região, procurando-se assim promover a articulação da administração regional do Estado com os agentes económicos, profissionais, sociais e de solidariedade social regionais.

Entre as competências do CESR destacam-se:

- Pronunciar-se sobre os instrumentos de planeamento nacional com incidência na região;
- Pronunciar-se na elaboração de Planos de Desenvolvimento Regional;
- Pronunciar-se sobre a proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território;
- Pronunciar-se sobre as propostas de planos e programas sectoriais com incidência na região, sempre que solicitado pelo Governo;
- Pronunciar-se sobre os programas de investimentos públicos com incidência na região, nomeadamente os financiados por fundos comunitários, sempre que solicitado pelo Executivo;
- Acompanhar a execução dos programas e planos com incidência na região, designadamente dos apoiados por fundos comunitários;
- Promover o diálogo e a concertação entre os parceiros sociais ao nível da região.

## AMPLIADA REDE DE ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO PÚBLICO

O Executivo socialista decidiu, na passada reunião do Conselho de Ministros, realizada no dia 9, em Lisboa, ampliar a rede do Ensino Superior Politécnico Público. Com vista à expansão da capacidade do ensino superior, um dos objectivos principais do Governo na área da Educação, têm vindo a tomar-se uma série de medidas tendentes à reorganização e expansão da rede de estabelecimentos de ensino superior politécnico públicos e ao crescimento do número de vagas que, entre 1995 e 1998, se cifrou em cerca de 26 por cento. O decreto-lei aprovado vem promover, no prosseguimento das referidas medidas, a criação dos seguintes estabelecimentos de ensino:

- Escola Superior e Gestão de Mirandela;
- Escola Superior de Artes Aplicadas de Castelo Branco;
- Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital;

- Escola Superior de Turismo e Telecomunicações de Seia;
- Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras;
- Escola Superior de Tecnologia do Barreiro;
- Escola Superior de Tecnologia de Abrantes;
- Escola Superior de Ciências Empresariais de Valença;
- Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego.

O diploma estabelece ainda as condições legais de funcionamento da Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche, integrada no Instituto Politécnico de Leiria.

A reorganização da rede de ensino público da área da saúde (Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/98, de 4 de Dezembro) incluindo a criação de novas escolas superiores de saúde, será concretizada através de diploma autónomo.

### Reunião de 9 de Junho. O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que amplia a rede do Ensino Superior Politécnico Público;
- Um decreto-lei que estabelece as normas relativas ao registo, autorização para exercício da actividade, classificação e titulação, implantação e funcionamento das explorações suínícolas e dos centros de agrupamento de suínos;
- Uma resolução que mantém em funcionamento o grupo de missão para o desenvolvimento da educação e formação de adultos, até à criação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos;
- Um diploma que prorroga o prazo previsto no n.º 1 do artigo 10º do decreto-lei n.º 357/93, de 14 de Outubro, que define os termos da integração dos funcionários de Macau nos serviços da República Portuguesa;
- Um decreto-lei que aprova a nova orgânica da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros;
- Um diploma que altera a redacção do artigo 6º do decreto-lei n.º 387/98, e o artigo 3º do decreto-lei n.º 393-B/98, ambos de 4 de Dezembro, que adoptam medidas de protecção contra a encefalopatia espongiiforme dos bovinos;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa às regras de política sanitária a que devem obedecer as importações de animais das espécies bovina, suína, ovina e caprina e de carnes frescas ou de produtos à base de carne, provenientes de países terceiros;
- Um decreto que aprova, para ratificação, a alteração ao artigo 1º, n.º 1, da Convenção sobre o Controlo e Marcação de Artigos de Metais Preciosos;
- Um decreto que aprova o acordo administrativo relativo às modalidades de aplicação da convenção sobre segurança social entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau;
- Um decreto que sujeita a serviço militar as zonas confinantes com o Prédio Militar n.º 9 Penamacor denominado «Carreira de Tiro do Santo de Arouca ou de Penamacor»;
- Um decreto que aprova o Acordo Quadro de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Islâmica da Mauritânia, assinado em Novakchott em 19 de Dezembro de 1998;
- Um decreto que aprova a Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República do Chile, assinada em Lisboa, em 25 de Março de 1999;
- Um decreto que sujeita a serviço militar as zonas confinantes com o Prédio Militar n.º 2 Penafiel, denominado «Quartel de Penafiel»;
- Um decreto-lei que estabelece as regras a que fica sujeito o licenciamento da construção, exploração, encerramento e monitorização de aterros para Resíduos Industriais Banais (RIB).

### Reunião de 9 de Junho. O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que atribui ao consórcio Aenor - Auto-Estradas do Norte, SA, a concessão da concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada zona Norte Portugal e aprova as Bases de concessão;
- Um decreto-lei que cria o Fundo de Compensação Salarial para os profissionais de pesca;
- Uma resolução que aprova o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) e estabelece procedimentos relativamente à sua concretização;
- Um decreto-lei que cria o regime dos Conselhos Económicos e Sociais Regionais;
- Uma proposta de lei que regula a resolução de conflitos de vizinhança decorrentes da plantação ou sementeira de espécies florestais de rápido crescimento;
- Um decreto-lei que cria a Autoridade de Segurança da Ponte 25 de Abril;
- Um decreto-lei que regulamenta a base de dados da Procuradoria-Geral da República sobre pedidos de transferência de pessoas condenadas;
- Um decreto-lei que regulamenta a base de dados da Procuradoria-Geral da República sobre processos-crime contra agentes de autoridade;
- Um decreto-lei que regulamenta a base de dados da Procuradoria-Geral da República sobre extradições activas e passivas;
- Um decreto-lei que regulamenta a base de dados da Procuradoria-Geral da República sobre a suspensão provisória de processos-crime, nos termos dos artigos 281º e 282º do Código de Processo Penal;
- Um decreto-lei que regulamenta a base de dados da Procuradoria-Geral da República sobre a fixação de competência do Tribunal singular, nos termos do artigo 16º, n.º 3, do Código de Processo Penal;
- Uma resolução que homologa o resultado do concurso de acordo com a hierarquização proposta pelo Júri do concurso público relativo à reprivatização de 95 por cento do capital social da Companhia de Papel do Prado, SA;
- Um decreto-lei que estabelece os parâmetros para o reconhecimento da natureza profissional das competições desportivas;
- Um decreto-lei que transpõe a directiva comunitária que estabelece os princípios relativos à aprovação, colocação em circulação e utilização de aditivos nos alimentos para animais;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna as directivas comunitárias relativas à etiquetagem energética das máquinas de lavar loiça para uso doméstico;
- Um decreto-lei que altera os artigos 121º, 124º, 126º, 127º 132º e a alínea a) do n.º 1 do artigo 131º do Código das Custas Judiciais;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova o regulamento da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais;
- Um decreto que desafecta do regime florestal uma área de 1 500 m<sup>2</sup> de terreno integrada no Perímetro Florestal de Barrancos para a construção do Bairro Habitacional da Floresta;
- Uma resolução que ratifica as normas provisórias para a área do perímetro urbano da Cidade das Caldas da Rainha;
- Uma resolução que exonera, a seu pedido, Mário Filipe Amoedo Pinto do cargo de gestor da Intervenção Operacional do Ambiente e nomeia, para o mesmo cargo, Luísa Maria Leitão do Vale.



PELO PAÍS

Governança Aberta

**AGRICULTURA**

O Governo português fez saber, no dia 18, que não tem indicações de que a Coca-Cola à venda no País esteja inquinada. «Todas as indicações, quer da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, quer dos próprios fabricantes, vão nesse sentido», garantiu o ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Capoulas dos Santos, em declarações reproduzidas, na passada sexta-feira, dia 18, pela TSF.



O governante indicou que o concentrado de que é feita a bebida é importada da Irlanda e que as embalagens de vidro são feitas em Portugal e as metálicas em Espanha, não havendo informações de que haja Coca-Cola belga no mercado. «Honestamente, não posso garantir a 100 por cento que não haja no mercado português Coca-Cola da Bélgica, mas todas as indicações vão nesse sentido», reafirmou.

**AMBIENTE**

Os danos ambientais na Península de Setúbal vão ser solucionados ao abrigo de candidaturas ao III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006). A garantia foi dada, na passada sexta-feira, pelo secretário de Estado do Ambiente, José Guerreiro.



A requalificação ambiental das indústrias poluentes na Península de Setúbal «vai ser uma área de intervenção prioritária do ministério», referiu o governante, à margem do seminário «Ambiente e Qualidade de Vida», que decorreu no Barreiro. José Guerreiro assegurou que, nomeadamente, os problemas ambientais no concelho do Seixal seriam também resolvidos, com a candidatura a fundos do III Quadro Comunitário de Apoio.

O secretário de Estado explicou aos jornalistas que não recebeu qualquer projecto de autarquia local para a construção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais no concelho, contrariando a versão do presidente da edilidade, segundo a qual teria sido entregue ao ministério um projecto para a ETAR, faltando apenas a garantia de financiamento.

**DESENVOLVIMENTO RURAL**

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, reconheceu, no dia 18, em Arcos de Valdevez, que a política agrícola do mercado comum esteve durante anos «desadaptada» da realidade da agricultura portuguesa.

«Com a entrada no mercado comum, a agricultura portuguesa tem sofrido as consequências de uma política que não foi feita para nós», reforçou o governante, para quem a mesma «não se adapta às zonas de montanha do País, aos seus recursos e aos agricultores de pequena dimensão». Para Vítor Barros, trata-se de uma política que «beneficia apenas alguns» trabalhadores da terra, acrescentando que, no caso português, «beneficiou uma pequena minoria de agricultores, quer em termos de ajudas ao rendimento quer em termos de investimento».

Referindo-se aos resultados da Agenda 2000, o secretário de Estado disse que o processo negocial, embora tenha sido «bastante difícil», «correu bem», salientando que Portugal tem, agora, os «meios necessários» e a «oportunidade de inverter esta situação».

Vítor Barros falava na cerimónia de assinatura das convenções de financiamento de infra-estruturas rurais decorrentes do projecto-piloto de desenvolvimento rural sustentável da Serra da Peneda e que envolve um montante de cerca de 70 mil contos (350 mil euros).

Na sua intervenção, o governante aludiu ainda à «falta de instrumentos de política» para actuar nas zonas de montanha ou nas zonas semi-áridas, as quais representam grande parte do País e que foram «bastante marginalizadas no passado» comparativamente a outras regiões.

**ECONOMIA**

O ministro da Economia, Pina Moura, anunciou sexta-feira, em Lisboa, a afectação, a título indicativo, de 150 milhões de contos para incentivos ao investimento privado no sector do comércio e igual valor para o turismo.

Pina Moura falava no encerramento do Encontro Nacional de Comerciantes, organizado pela Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCFP), que pretendia que a verba anunciada para o sector durante os próximos sete anos (QCA III) não ficasse longe dos 200 milhões.

O ministro sublinhou que a verba destinada ao comércio, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio e enquadrada no Programa Operacional da Economia (POE) é mais do dobro da conseguida no anterior QCA, que foi de 64 milhões de contos.

«Estes 150 milhões de contos são um chão

e não um tecto», disse Pina Moura, indicando que no Ministério da Economia disporá ainda de «um envelope com mais 80 milhões de contos» destinados a financiar projectos de mérito quando se esgotar a verba inicial.



O responsável pela pasta da Economia considerou ainda que o anterior QCA beneficiou mais o sector da indústria e energia e que agora é necessário fazer «alguma reorientação das prioridades».

**JUVENTUDE**

O III Quadro Comunitário de Apoio incluirá uma verba de apoio à criação de casas da juventude. O anúncio foi feito, no dia 21, em Fafe, pelo secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes.

Defendendo a extensão das casas ou centros de juventude a todas as zonas do País, o governante salientou que «a gestão dos espaços passará a ser feita pelos próprios jovens, que assim terão oportunidade de adquirir novas experiências de vida prática».

Miguel Fontes abriu, nas instalações da Câmara de Fafe, a Semana da Juventude, que aplaudiu enquanto «espaço de participação e motivação dos mais jovens».

O secretário de Estado mostrou-se «particularmente sensível» à criação do Cen-

tro Municipal de Juventude em Fafe, que lhe foi pedida pelo autarca José Ribeiro.



A I Semana da Juventude de Fafe, que integra exposições, jogos radicais, cinema, colóquios e espectáculos, conta com a colaboração da Junta de Freguesia de Fafe, Mubi Jovem, Núcleo de Artes e Letras de Fafe e Cineclube de Fafe.

**TURISMO**

O secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, exortou, no dia 18, em Coimbra, os empresários do sector a aproveitar as verbas disponibilizadas no III Quadro Comunitário de Apoio (QCA), que «mais que duplicarão», para desenvolvimento da actividade.

Vítor Neto falava no final de uma reunião com responsáveis da Federação de Restaurantes e Cafés (Fereca), que antecedeu a posse dos novos corpos gerentes da Associação dos Industriais de Hotelaria, Restaurantes e Similares do Centro (HR-Centro).

O aumento dos recursos financeiros do QCA terá «repercussão positiva» na qualidade dos serviços disponíveis na área turística, referiu.

O governante considerou que essa qualidade tem registado uma «melhoria nítida» nos últimos anos, designadamente na hotelaria, restaurantes e actividades afins.



DEPUTADO BARBOSA DE OLIVEIRA **Saúde laboral**

## DIÁLOGOS COM EFICÁCIA PRÁTICA



O deputado socialista Barbosa de Oliveira qualificou como «imperiosa» a necessidade de se rever o regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais aplicável à administração pública, um quadro legal que está em vigor há 48 anos e que se revela «profundamente desactualizado e desajustado da realidade laboral actual».

O parlamentar socialista falava na sessão plenária da Assembleia da República, que decorreu no passado dia 16, cujo debate esteve centrado na iniciativa governamental de modernizar o quadro jurídico da sinistralidade laboral.

Para Barbosa de Oliveira, há muito que se impunha uma profunda revisão do decreto-lei n.º 38 523, de 23 de Novembro de 1951, destacando-se o facto deste regime excluir as doenças profissionais contraídas nos exercício de funções públicas e por causa destas.

Era, desta forma, necessária uma «justa reparação» dos danos emergentes da actividade na administração pública, bem como uma «adequada reabilitação profissional», que, aliás, são direitos constitucionalmente garantidos a todos os trabalhadores.

A natural evolução do contexto social, a adopção a nível comunitário e internacional de normativos referentes à protecção dos trabalhadores vítimas de sinistros laborais, bem como a aprovação pelo Parlamento

nacional da lei que institui um novo regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais aplicável ao sector privado são razões acrescidas para a concretização desta esperada revisão do quadro jurídico aplicável à administração pública.

«O Grupo Parlamentar do Partido Socialista manifesta a sua satisfação pelo facto do Governo, com o sentido da responsabilidade que o caracteriza, ter metido ombros à revisão do referido regime, demonstrando a capacidade de discutir, debater e consensualizar com as organizações sindicais», afirmou o parlamentar do PS.

Entre os aspectos constantes da proposta de lei do Executivo socialista, Barbosa de Oliveira destacou o acolhimento dado, na generalidade, aos princípios consagrados na lei 100/97, adaptando-os às especificidades da administração pública, nomeadamente: a atribuição à entidade empregadora da responsabilidade pela reparação dos danos emergentes dos acidentes e doenças profissionais – admitindo-se, em casos específicos, a transferência desta responsabilidade para as entidades seguradoras -, a intervenção do Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais na avaliação e graduação das doenças profissionais, a garantia de uma efectiva reparação da desvalorização na capacidade geral de ganho e a garantia do reconhecimento pelos tribunais administrativos dos direitos dos trabalhadores abrangidos pelo regime jurídico em causa.

MARY RODRIGUES

## AGENDA PARLAMENTAR

### Quinta-feira, dia 24

A Assembleia da República reúne, hoje, a partir das 10 horas, para debater duas propostas de lei governamentais.

O primeiro diploma autoriza o Executivo a legislar, no âmbito do desenvolvimento da Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo, em matéria de atribuições das autarquias locais no que respeita ao regime de licenciamento municipal de loteamentos urbanos e obras de urbanização e de obras particulares.

Depois das 15 horas, os trabalhos parlamentares centrar-se-ão na análise de cinco iniciativas legislativas. Trata-se de um projecto de lei comunista sobre a Lei-Quadro da Acção Social Escolar no Ensino Superior, um diploma também do PCP relativo à Lei-Quadro do Financiamento e da Gestão Orçamental e Financeira do Ensino Superior Público, um projecto do CDS/PP que estabelece uma nova Lei de Bases da Acção Social Escolar, um diploma laranja sobre assistência médica desportiva e, por último, uma proposta de lei do Executivo socialista que aprova o Código do Imposto de S4elo.

As votações regimentais decorrerão, como habitualmente, depois das 18 horas.

### Sexta-feira, dia 25

O Parlamento estudará amanhã uma proposta de resolução, da iniciativa do Governo, onde se aprova, para ratificação, a convenção sobre cooperação para a protecção e o aproveitamento sustentável das águas das bacias hidrográficas luso-espanholas e o protocolo adicional, assinados em Albufeira, a 30 de Novembro de 1998.

### Quarta-feira, dia 30

A discussão conjunta agendada para a próxima semana terá como pontos de trabalho um projecto de lei «popular» sobre a privatização do notariado; uma autorização ao Governo para a aprovação do Estatuto da Ordem dos Notários, uma outra autorização ao Executivo relativa à aprovação do Estatuto Disciplinar destes profissionais enquanto oficiais públicos e uma terceira proposta governamental que visa aprovar o Estatuto do Notariado.

Ainda na agenda parlamentar do último plenário do mês inclusive a análise de um diploma comunista que actualiza o regime de regalias e isenções fiscais das pessoas colectivas; um projecto de lei do CDS/PP que prevê a compensação aos municípios que suportam corpos de bombeiros profissionais e um projecto de lei socialista sobre a utilização dos detectores de metais.

LAURENTINO DIAS

Tribunais internacionais penais

## IMPRESCINDÍVEL A COOPERAÇÃO ENTRE OS ESTADOS



O deputado do PS Laurentino Dias afirmou no dia 16 de Junho, na AR, que «a criação pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia e do Tribunal Internacional penal para o Ruanda constitui um facto político da maior relevância no quadro de um longo processo no sentido de colmatar uma das mais flagrantes lacunas do sistema jurídico internacional».

A propósito, lembrou que «só no final da II Guerra Mundial com a criação dos tribunais de Nuremberga e Tóquio se iniciaram de facto processos e julgamentos por crimes de guerra internacionais.»

«Estes tribunais foram, no entanto, muito diferentes daqueles que recentemente o Conselho de Segurança criou para perseguir os crimes cometidos nos conflitos da ex-Jugoslávia e do Ruanda», sublinhou, esclarecendo que «os tribunais de 45 e 46 eram tribunais militares, constituídos por países que acabavam de vencer uma guerra; os acusados eram sempre os vencidos dessa mesma guerra; as circunstâncias de recolha de provas e testemunhos, de determinação de responsabilidades e de sucesso processual eram claramente favoráveis».

Para Laurentino Dias, «o que fica indelevelmente a marcar a existência de tais tribunais, destinados exclusivamente a julgar as agressões e atrocidades cometidas pela Alemanha e Japão na II Guerra Mundial, é o facto de significarem um envolvimento e determinação comuns no sentido de não mais tolerar tal tipo de crimes».

### A impunidade é um obstáculo à reconciliação

O deputado do PS frisou que «a impunidade é um obstáculo à reconciliação e priva as gerações presentes e futuras de testemunhos e ensinamentos imputáveis». Laurentino Dias recordou que «em 25 de Maio de 1993, através da resolução nº 827 o Conselho de Segurança criou o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia,

a quem encarregou de julgar as pessoas culpadas de violações graves do direito humanitário internacional cometidas naquele território desde 1991, tribunal que se mantém em exercício não obstante as dificuldades que o seu exercício significa».

Mais tarde, frisou, «o Mundo conheceu a violência e o genocídio no conflito do Ruanda. Era ainda recente a criação do Tribunal para a Jugoslávia e a exemplo deste o Conselho de Segurança veio igualmente a criar, na sua Resolução 955 um Tribunal Penal Internacional para o Ruanda».

«Foram assim criados, e funcionam ainda hoje dois tribunais internacionais com competências para o julgamento de certos crimes, cometidos sobre um território específico e durante um tempo limitado à duração do conflito, o que significa um notável progresso em favor do desenvolvimento da paz e do respeito pelo direito internacional», disse.

«Na verdade e ao contrário do que acontece com os tribunais nacionais dos Estados, estes tribunais não dispõem de meios para, por si só, garantir o cumprimento das suas diligências e decisões, dependendo sempre o seu funcionamento do recurso à colaboração das autoridades judiciais e policiais dos diversos Estados», frisou.

Por isso, considerou, é «imprescindível» a cooperação entre os Estados para o bom funcionamento e êxito destes tribunais. «Portugal não tem ainda essa legislação específica sobre cooperação com estes tribunais internacionais, o que se pretende disciplinar com a presente proposta de lei nº 243/VII», disse.

Segundo o deputado do PS, «inovação sobre extradição, transmissão de processos penais, protecção de testemunhas no âmbito da luta contra o crime organizado internacional, matéria decorrente do Acordo de Schengen, a luta contra a criminalidade internacional organizada são algumas das áreas que importa traduzir em texto legal no âmbito de uma necessária e maior cooperação internacional».

«É o que pretende a proposta de lei do Governo nº 251/VII também em discussão», acrescentou.

J. C. C. B.



DEPUTADO JOEL HASSE FERREIRA

Mercado mobiliário

## ACTO DE CORAGEM POLÍTICA



A proposta de lei governamental relativa à evolução dos mercados de valores mobiliários foi classificada, pelo GP/PS, como «um acto de coragem política», uma vez que visa pôr cobro a um conjunto de situações identificáveis e conhecidas pelos agentes do mercado. O deputado socialista Joel Hasse Ferreira, que intervinha na sessão plenária da Assembleia da República, no passado dia 16, fez questão de sugerir aos deputados dos outros partidos que apoiassem a iniciativa do Executivo «se não entusiástica, pelo menos convictamente».

«A evolução do mercado de valores mobiliários aconselha a adoptar medidas que regularizem o seu funcionamento, tendo em conta nomeadamente o novo estatuto reconhecido à Bolsa de Lisboa», referiu o parlamentar do PS, acrescentando depois que «a própria expansão quantitativa das transacções na Bolsa portuguesa é sinal da importância que lhe vai sendo reconhecida».

«Em cinco anos, mais do que triplicou o volume das transacções efectuadas», recordou Joel Hasse, considerando ser «altura de se pensar que outro tipo de reformas poderá vir a ter a Bolsa portuguesa e até como reformular o relacionamento entre a Bolsa de Lisboa e a do Porto». Segundo o deputado do GP/PS, o «sentido essencial» da proposta de lei em discussão é o de «aumentar a transparência dos

mercados de valores mobiliários, visando o fortalecimento e a melhoria de condições para o crescimento adequado do mercado de capitais português, em relação com o desenvolvimento da economia produtiva e desempenhando o seu papel no funcionamento da actividade económico-financeira». A agilização do funcionamento das bolsas, o reforço da supervisão da CMVM, a garantia dos direitos e do património dos investidores, dentro de regras cada vez mais claras, são também objectivos desta iniciativa legislativa do Governo que Joel Hasse Ferreira caracterizou como «louváveis». Nesse contexto, o parlamentar socialista defendeu que «um quadro sancionatório deverá funcionar como dissuasor e penalizador de quem desrespeite as regras de mercado».

«Nós não absolutizamos a mão invisível, acreditando no mercado, mas queremos punir a mão visível que não respeite as regras!», frisou.

Joel Hasse Ferreira destacou ainda o facto de o sentido da autorização legislativa solicitado ser «preciso e claro», satisfazendo diferentes requisitos formais e de conteúdo que são exigidos a um diploma deste tipo. Na área que tipifica as contra-ordenações e na que se refere a matéria de carácter criminal o deputado socialista alertou para a necessidade de efectuar um balanço realista entre a possibilidade de utilizar mais o mecanismo das contra-ordenações ou o de considerar determinado tipo de ilícitos como criminais.

MARY RODRIGUES

ARTUR PENEDOS

Lay-off

## PROTEGER O EMPREGO E OS TRABALHADORES



O deputado do PS Artur Penedos afirmou no dia 16, no Parlamento, que «sem empresas ou actividade empresarial fortes e competitivas, não é possível manter e alargar os níveis de emprego no nosso país», sublinhando que «foi esta a filosofia que em 1983 ditou a introdução de mecanismos jurídicos que assegurassem à sociedade portuguesa os meios necessários à manutenção dos postos de trabalho e à contenção do desemprego».

No entanto, considerou que após 16 anos de vigência do diploma, com as alterações que lhe foram introduzidas em 1989 e 1992, ficou demonstrado claramente «que os objectivos que presidiram à sua aprovação não foram cumpridos, uma vez que a aplicação real se resumiu a "meia dúzia" de casos» sem qualquer expressão no tecido empresarial e consequentemente no mercado de trabalho. Daí que, adiantou, em sede de

concertação social os parceiros sociais e o Governo tenham decidido rever a «lay-off» como forma de «proteger o emprego e os trabalhadores, garantindo a sua participação no processo, eliminando qualquer preferência legal entre as duas medidas e reduzindo a proporção dos encargos da empresa de modo a salvaguardar a finalidade da sua viabilização e a articular a medida com acções de requalificação dos trabalhadores e de políticas activas de emprego».

Para Artur Penedos, a proposta de lei do Governo «visa a concretização desses objectivos», acrescentando que a sua aprovação pela AR «contribuirá para o reforço dos direitos dos trabalhadores que venham a ter a sua actividade suspensa, ou a sofrer uma redução no seu horário de trabalho em resultado de factores externos à sua vontade».

Simultaneamente, adiantou, «permite-se às empresas em situação difícil melhores condições de recuperação, viabilização e manutenção dos postos de trabalho». J. C. C. B.

DEPUTADO JOSÉ JUNQUEIRO

Obras públicas

## PUBLICIDADE ENGANOSA



Para a bancada parlamentar socialista, a interpegação laranja sobre o sector das obras públicas não podia ter chegado em melhor altura.

O deputado socialista José Junqueiro fez questão de salientar que faz sentido avaliar a obra feita e comparar com o passado, neste final de legislatura, para verificar de uma vez por todas se houve ou não evolução no conteúdo e na forma.

José Junqueiro que intervinha na sessão plenária que decorreu, no dia 17, na Assembleia da República, não hesitou chamar a atenção para a veracidade e expressividade dos números, no esforço económico em prol do desenvolvimento da área da construção e obras públicas e do bem-estar dos cidadãos, nomeadamente com a concretização do direito social à habitação digna.

Para o parlamentar do PS, «há, com efeito, um crescimento sem precedentes nas obras públicas, o qual gera o crescimento continuado do emprego, permitindo deste modo combater o flagelo de cerca de meio milhão de desempregados com que o PSD brindou o País em geral e as famílias portuguesas em particular».

Continuando a sua reflexão, desta feita em matéria de vias de comunicação, o deputado do GP/PS reconhece que «ainda não se fez tudo», mas destaca igualmente que este foi um sector «onde se fez muito e de forma assinalável».

«No sector da construção e obras públicas e no segmento habitacional, desde 1997 que diminui o número de empresários que refere obstáculos no sector, bem como afirmar como nulos os obstáculos financeiros consubstanciados na taxa de juros e crédito bancários, exemplificou, referindo de seguida que «é notável que com este panorama o PSD se tente convencer a si próprio de que há paralisia nas obras

públicas».

Na opinião de José Junqueiro, «é esta realidade que nos permite compreender com quanta facilidade cai por terra a publicidade enganosa e irresponsável do PSD».

«No plano das obras públicas há hoje uma estratégia concreta que permite fazer mais, permite fazer melhor e permite fazer com regras mais claras e mais transparentes», reiterou convicto, recordando que no que respeita aos concursos e aos verdadeiros donos da obra tem-se feito um esforço de moralização no sector.

«Complementarmente, os alvarás deixaram de ser objecto de procedimento corporativo de atribuição, na forma e na essência, passando agora a ser objecto de certificação qualificada, mais exigente e rigorosa, susceptível de fiscalização em circunstâncias que vão desde a simples rotina a motivos ponderosos e urgentes», acrescentou.

Para o deputado socialista, «as novas regras, cuja preocupação está na clareza, transparência e moralização de processos, associadas à realidade dos novos consórcios candidatos à concretização dos planos estratégicos de desenvolvimento, contrariamente às afirmações de alguns, têm permitido mais e melhor obra, mais emprego e mais estabilidade nas empresas, satisfazendo os interesses do Estado e a qualidade de vida das pessoas».

Não é por acaso, como salientou José Junqueiro, que há 28 meses consecutivos o desemprego continue a baixar em Portugal, como também não é um acaso do destino que o crescimento português seja superior ao da média europeia.

«O esforço panfletário realizado por alguma oposição, ao mais alto nível, e de forma nem sempre qualificada, revela-se um mau contributo para a solução dos problemas do País, continuando a oposição a fazer parte dos problemas e não parte nas soluções», concluiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO PEREIRA MARQUES

Requerimento

## MONUMENTO DO SENHOR ROUBADO



Sempre atento às questões que se prendem com a preservação do nosso património histórico-cultural, o deputado socialista Fernando Pereira Marques está preocupado com o acentuado estado de degradação em que se encontra o painel de azulejos do século XVII, conhecido por «Monumento do Senhor Roubado», situado nos limites da freguesia de Odivelas, às portas de Lisboa, que está classificado desde 1948. É pois, perante este quadro, que o depu-

tado socialista enviou no dia 7 de Maio um requerimento ao Ministério da Cultura solicitando esclarecimentos sobre as medidas que estão a ser tomadas em relação ao referido monumento no sentido de impedir a sua definitiva destruição.

No requerimento, Fernando Pereira Marques considera que «as divergências entre entidades, quanto à responsabilidade no que concerne à preservação desse monumento, não dispensam os organismos competentes da administração central de intervir no âmbito das respectivas competências».

J.C.C.B.

**GUERRA DA EUROPA**

**Kosovo**

**FINALMENTE A PAZ...**

O pavoroso alarido das sirenes e o som estrondoso das baterias anti-aéreas sérvias, que frequentemente se confundiam com as detonações das bombas aliadas, cederam de vez o lugar ao silêncio dórico.

A guerra nos Balcãs, o conflito que ameaçou seriamente a estabilidade da Europa e até do mundo, terminou depois de 78 dias de indescritível violência.

O anúncio do fim dos ataques aéreos a Belgrado foi formalizado, no passado domingo, dia 20, pelo secretário-geral da Aliança Atlântica, Javier Solana, pouco depois de confirmação da retirada total das forças de Slobodan Milosevic do território kosovar e a instalação sem restrições de uma força militar internacional de manutenção da paz.

Fica assim salvaguardado e cumprido escrupulosamente o acordo alcançado entre as partes beligerantes na véspera do Dia de Portugal.

A «trégua» fora alcançada após vários dias de negociações, com interrupções e recuos, entre representantes do Exército da Jugoslávia e da NATO na base militar de Kumanovo, na Macedónia.

Às 21h49 horas locais (20h49 em Lisboa), o chefe da força de paz no Kosovo (KFOR), o general britânico Michael Jackson, anunciava a assinatura do acordo, um pacto que impunha à Jugoslávia a retirada de todos os seus soldados, polícias e «todas as suas outras forças» do Kosovo.

As reacções não se fizeram esperar, multiplicando-se, nos quatro cantos do globo, as congratulações e as manifestações de um alívio prudente mas esperançoso no regresso da paz.

O presidente português, Jorge Sampaio, comentou em Aveiro que este acordo constituía «um momento importante para o futuro da Europa e para a paz».

«É uma página que se virou e abre-se outra que espero politicamente sólida e promissora para a paz na Europa», sublinhou, na altura, Sampaio, qualificando o compromisso alcançado na Macedónia como «um acordo robusto e duradouro».

Por seu lado, o primeiro-ministro português, António Guterres, defendeu que a assinatura do acordo militar entre a NATO e a Jugoslávia se apresentava como «mais um caminho para



a paz».

«É mais um passo para a paz e a prova de que quando a Europa se une consegue os seus objectivos», afirmou, António Guterres, em Viana do Castelo, manifestando a «profunda esperança» de que a situação na Jugoslávia «não voltaria atrás».

No dia seguinte, por ocasião das comemorações do Dia de Portugal (10 de Junho), Mário Soares, no Comício da Praça Sony (Parque das Nações), em Lisboa, chamou a atenção para a quase coincidência de dois momentos históricos, frisando de modo especial o contributo do primeiro-ministro português no processo de pacificação dos Balcãs.

Este mérito de Guterres não passou despercebido em Washington. Assim, o Presidente norte-americano, Bill Clinton, fez questão de, num telefonema a António Guterres, agradecer o esforço português na crise do Kosovo. Numa conversa-relâmpago, Clinton sublinhou o empenhamento de Portugal na NATO e na procura da paz para os Balcãs, bem como a disponibilidade manifestada para intervenção directa no terreno, caso fosse necessário.

Agora que o exército de libertação do Kosovo (UÇK) assumiu o compromisso unilateral de desarmamento, resta aguardar os próximos desenvolvimentos, fazendo votos para que aquilo que começou por ser uma tentativa de expulsão albanesa do território kosovar, não se transforme, no reverso da medalha, numa situação de unidade étnica, adversa a toda e qualquer presença sérvia, contrariando, mais uma vez, os valores em nome dos quais a NATO interveio na região balcânica.

MARY RODRIGUES

**TIMOR-LESTE**

**Referendo**

**COMISSÃO EUROPEIA DISPONIBILIZA CINCO MILHÕES DE EUROS**

A Comissão Europeia tenciona disponibilizar 5 milhões de euros, em vez de 1 milhão, para o fundo das Nações Unidas que financiará a consulta ao povo de Timor-Leste sobre o futuro do território.

A informação foi comunicada pelo porta-voz do vice-presidente da Comissão e comissário responsável pelas relações com os países asiáticos em vias de desenvolvimento, Manuel Marin.

Uma nota enviada recentemente aos Estados-membros pelos serviços chefiados por Manuel Marin dá conta do lançamento de um proce-

dimento administrativo urgente relativo à participação da UE no «Fund Trust» da ONU para a consulta aos timorenses.

Anteriormente, o mesmo porta-voz comunitário havia indicado, citando Manuel Marin, que a verba destinada pela Comissão à consulta de 8 de Agosto seria elevada de 1 milhão de euros (200 mil contos) para o dobro ou para o triplo.

O aumento agora de 200 mil contos para um milhão de contos surgiu a pedido do último Conselho de Ministros do Desenvolvimento da UE.

**UE**

**Pesca em Marrocos**

**A URGÊNCIA DE UM NOVO ACORDO**

O conselho de ministros das Pescas da União Europeia pediu no dia 10 à Comissão de Bruxelas para retomar rapidamente as negociações de um novo acordo de pescas com Marrocos, do qual depende a faina de 800 pescadores portugueses.

Reunidos no Luxemburgo, os titulares das Pescas dos Quinze instaram a Comissão «a emprender, com Marrocos, dentro do mais breve prazo e na maior extensão possível, a identificação e a elaboração conjuntas de novos mecanismos cooperativos mutuamente benéficos no sector das pescas». Lê-se nas conclusões do Conselho.

Em declarações aos jornalistas no final do conselho, o ministro da Agricultura e Pescas português, Capoulas Santos, congratulou-se com a orientação dada à Comissão, lamentando que a UE «não tenha começado ainda a negociar com as autoridades marroquinas o futuro de um acordo que termina já em Novembro».

Marrocos já anunciou que não quer renovar o actual acordo, indicando que quer diversificar os seus parceiros económicos no campo das pescas.

Capoulas Santos precisou que os marroquinos «não estão interessadas em renovar o actual acordo tal como está, mas não excluíram a possibilidade de encontrarem outras formas e modalidades de cooperação com a UE, com base num novo acordo».

«As conversações que temos mantido com as autoridades marroquinas levam-nos a concluir que as portas não estão completamente fechadas», indicou o ministro português.

Capoulas Santos salientou que não são as capturas portuguesas, mas sim as espanholas que colocam problemas a Marrocos.

Capoulas Santos disse que as autoridades marroquinas «não excluíram a possibilidade de manter com Portugal relações privilegiadas, não nos termos do actual acordo, mas com novas

formulas».

No entanto, Portugal ou qualquer Estado da UE está impossibilitado de estabelecer acordos de pescas bilaterais ou particulares com países terceiros, pois trata-se de uma competência exclusiva da União, sendo a Comissão de Bruxelas que negocia em nome dos Quinze.

«No plano bilateral, existe uma relação de compreensão muito grande sobre o problema de Portugal, já que temos apenas meia centena de embarcações a operar em águas de Marrocos, cujas capturas não são concorrenciais com as dos pescadores marroquinos», sublinhou o ministro.

Capoulas Santos disse que é o esforço de pesca da Espanha (450 embarcações) e o seu tipo de capturas «que causam problemas a Marrocos».

«Temos de saber qual vai ser a fórmula do novo acordo, que necessariamente será diferente do actual, e tudo faremos para que ele se adequa às nossas especificidades, que não colocam problemas às autoridades marroquinas», considerou.

«O nosso objectivo será evitar que interesses que nos são alheios venham a prejudicar os nossos», frisou Capoulas Santos.

O ministro disse ainda que Portugal «exigirá compensações para os pescadores portugueses, se as negociações não se concluírem antes de Novembro» e tiver de haver uma paralisação da sua actividade em águas marroquinas.

Estão em causa cerca de 50 embarcações, envolvendo 800 pescadores radicados em dois portos do Algarve (Olhão e Fuzeta) e no de Sesimbra.

Peixe-espada, pescada e pargo são as principais espécies capturadas pelos pescadores portugueses em Marrocos, numa faina que tem um valor global anual da ordem dos quatro milhões de contos.

**MEGACONCERTO**

**Outubro**

**NOVO «LIVE AID» PARA COMBATER A POBREZA EXTREMA GLOBAL**

Os organizadores das iniciativas «Live Aid» e «Hands Across America» estão a preparar com a ONU e uma companhia de informática um novo megaconcerto em Outubro para combater a pobreza extrema.

A nova iniciativa, denominada «Net Aid», realiza-se em 9 de Outubro, com concertos em Nova Jérсия (Estados Unidos), Londres (Reino Unido) e Genebra (Suíça).

Os organizadores esperam com esta iniciativa alertar a comunidade internacional para a questão da pobreza extrema.

«A música é a única linguagem internacional que atravessa todas as barreiras e a indústria musical decidiu mais uma vez tomar uma posição», sublinhou o promotor britânico Harvey Goldsmith.

Ele organizou em 1985 com o cantor irlandês Bob Geldof os concertos da iniciativa «Live Aid» em Londres e Filadélfia, que angariou 225 milhões de dólares para ajuda às populações afectadas pela fome em África, nomeadamente na Etiópia e na Somália.

Depois, em 1986, realizou-se a iniciativa «Hands Across America» para ajudar os semi-abrigos nos Estados Unidos.

«Somos a primeira geração de pessoas com a capacidade e os meios de erradicar a pobreza extrema. Está nas nossas mãos fazer parte da solução ou fazer parte do problema», disse Harvey Goldsmith na conferência de imprensa de lançamento da «Net Aid».

O administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), James Gustave Speth, alertou que actualmente «uma em cada três pessoas vive em pobreza extrema», adiantando que «1300 milhões de pessoas vivem com menos de um dólar (cerca de 190 escudos) por dia».

O cantor Harry Belafonte e o actor Danny Glover manifestaram a esperança de que os concertos, a realizar no estádio dos Giants em Nova Jérсия, no estádio do Wembley em Londres e na Ópera de Genebra, façam parte da solução. Os concertos serão transmitidos em simultâneo pela rádio, pela televisão e pela Internet.



AMBIENTE

Marinha Grande

## UM MUSEU SOBRE A FLORESTA DO TAMANHO DO PAÍS

**A** floresta portuguesa vai dispor, dentro de poucos anos, de um museu do tamanho do País, com sede na Marinha Grande, junto à mancha de pinheiro bravo que nas Descobertas forneceu madeira para as caravelas.

Aspiração antiga das gentes marinhenses, a constituição do Museu Nacional da Floresta foi aprovada pela Assembleia da República, com os deputados a salvaguardarem a existência de uma «estrutura polinuclear espalhada por todo o país, de acordo com a distribuição regional do espólio museológico».

Quer isto dizer que, apesar da sede ficar na Marinha Grande, o museu estender-se-á a todos os locais onde a floresta tenha importância relevante. Certo é, desde já, a inclusão no roteiro museológico de zonas como o Buçaco, Sintra e algumas áreas de montados do Alentejo.

A legislação que será publicada em breve prevê ainda a designação de uma comissão instaladora do museu pelo Ministério da Cultura, num prazo de 60 dias.

Ainda não há qualquer data prevista para a inauguração, mas na Marinha Grande já se trabalha a inventariação do espólio que pode integrar o museu.

Octávio Ferreira, chefe de Divisão de Valorização do Património Florestal, revelou que estão já inventariadas mais de um milhão de peças, entre as quais «a primeira planta conhecida do Pinhal do Rei, datada de 1811».

No Parque Florestal do Engenho, na saída norte da Marinha Grande, as antigas instalações da Administração Florestal, datadas do tempo do Marquês de Pombal, contêm algum do espólio recolhido.

No edifício do Grémio Florestal - autêntica associação recreativa dos funcionários das matas nacionais de há décadas - dezenas



de machados, fotos, fios de prumo, máquias de escrever e calcular, esquadros, óculos de pontos de vigia, cornetas, bornais, lanternas, pesos e livros de registo, fazem recuar o visitante a uma época em que «havia tempo para ver crescer a natureza».

Numa apresentação à imprensa de alguns dos locais que na Marinha Grande integrarão o futuro museu, Octávio Ferreira destacou a zona das serrações e eiras de Pedreanes (de onde até há poucos anos saíam as peças de madeira para as casas florestais) que ainda ostenta os carris de circulação do velho «comboio de lata» que transportava os toros do pinhal. Oficinas, zonas de secagem de madeira e

de pinhas. Espaços amplos que transmitem uma sensação de calma a quem as visita, apesar da proximidade de vias de comunicação com muito tráfego.

«Se há terra que merecia o museu era a Marinha Grande, que tem mata desde D. Dinis», afirma.

Octávio Ferreira adianta que o futuro circuito museológico «será muito importante para a valorização da floresta portuguesa, até porque não se deve omitir que 60 por cento do nosso país tem aptidão florestal». «Por outro lado, há outros factores que conferem importância a este museu, como Portugal ser o maior produtor e exportador mundial de cortiça», diz.

Por sua vez, João Paulo Pedrosa, vereador da Cultura da Câmara Municipal da Marinha Grande, afirma que «a criação do museu tem uma importância enorme para o concelho e para a região, podendo ser considerado um passo histórico».

### Reunir, investigar e preservar

«A região cresceu ligada à mata e o museu pode educar as pessoas para a defesa dos elementos florestais», defende o autarca.

«Identificar, reunir, investigar, preservar e expor ao público todos os documentos históricos e antropológicos relacionados com a árvore e com a produção florestal» é o primeiro objectivo do museu, cujo núcleo central não tem ainda localização definida.

No entanto, há vários edifícios na Marinha Grande com aparente aptidão para servir de «porta de entrada» aos visitantes.

Com a antiga pousada para técnicos florestais que existe no Parque do Engenho destinada a um complexo hoteleiro privado, o antigo edifício da Administração afigura-se como «favorito» para receber parte significativa do espólio móvel.

Peças há, no entanto, que nunca poderão ser apreciadas por quem não gostar de «calcorrear» os pinhais.

Entre elas estão os «pontos de vigia» ou as «árvores notáveis», as fontes, as dunas protegidas ou as casas dos guardas florestais.

Para já, na Marinha Grande o entusiasmo é muito, com os agentes culturais a vangloriarem-se de estar numa terra que, em menos de uma década, assistiu à instalação do Museu Joaquim Correia e do Museu do Vidro e à criação do Museu da Floresta. Há já quem defenda a preparação de um Museu dos Moldes.

FINANÇAS

Impostos

## RÉDEA CURTA A DEVEDORES

**A**s repartições de finanças poderão passar a dispor, antes do final do ano 2000, de um instrumento denominado Sistema de Execuções Fiscais (SEF), que lhes permitirá conhecer rapidamente todo o historial de um qualquer contribuinte, bastando para tal a introdução no sistema informático do respectivo número fiscal.

Assim, os cidadãos «maus pagadores» vão passar a ser mais e melhor controlados pela administração fiscal através do novo instrumento informático para gestão das execuções fiscais, cuja primeira experiência-piloto arrancou na passada quinta-feira, dia 17, numa Repartição de Finanças de Lisboa.



Para tudo isto é apenas necessário um computador que identifica automaticamente o contribuinte, as suas dívidas fiscais e o prazo de prescrição dessa mesma dívida, o que - ao contrário do que acontece actualmente - o envio atempado pelo fisco da nota de guia para pagamento.

Até à data, a gestão dos processos de execução fiscal era realizada de forma manual, o que acabava por ser benéfico para o contribuinte devedor, pois as Finanças não conseguiam acompanhar com celeridade e eficácia os processos instaurados e o termo dos prazos de prescrição.

Para já, o SEF vai apenas ser utilizado - como experiência-piloto - no 2º Bairro Fis-

cal de Lisboa, estando prevista a sua extensão a todo o País em menos de um ano. Os processos instaurados há cinco, dez ou mesmo 20 anos serão automaticamente inseridos no novo sistema, mas, por agora, numa primeira fase, apenas os «maus pagadores» de impostos sobre o Rendimento (IR), Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e Contribuição Autárquica (CA) serão abrangidos.

Para o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Carlos Santos, o novo sistema tem não só «uma grande função preventiva», como também permitirá «a melhoria da qualidade de serviço» das repartições de finanças.

## CAPOULAS SANTOS EXIGIRÁ COMPENSAÇÕES PARA GANADEIROS

**A** nível interno, Capoulas Santos tem-se destacado pelo seu profundo conhecimento da realidade da nossa agricultura, resolvendo inúmeros problemas e lançando as pontes para um futuro de desenvolvimento rural sustentável, e, por outro lado, a nível internacional, Capoulas Santos tem defendido intransigentemente os interesses da nossa agricultura.

Neste âmbito, no dia 10, Capoulas Santos prometeu que Portugal exigirá compensações financeiras comunitárias para os criadores portugueses de touros de lide que forem afectados pelo embargo às exportações de bovinos nacionais.

Falando no Luxemburgo, no final de um conselho de ministros das Pescas, Capoulas Santos criticou a lentidão da Comissão Europeia na aprovação do levantamento do embargo para os touros de lide portugueses.

Disse acreditar que o levantamento do embargo para estes animais seja decidido ainda durante este mês.

O ministro da Agricultura e Pescas considerou «inaceitável» que o relatório da missão veterinária da Comissão Europeia, que propõe, nomeadamente, o levantamento do embargo para os touros de lide, tenha demorado mês e meio a elaborar, aguardando há um mês agendamento para uma reunião do colégio de comissários.



«Mais uma vez se verifica que estamos a ser objecto de dois pesos e duas medidas», declarou Capoulas Santos, numa clara alusão à rapidez com que a Comis-

são Europeia decidiu aplicar «medidas de excepção injustas para Portugal» (embargo aos bovinos, por causa da doença das «vacas loucas»).

«Quando se trata de por em execução medidas positivas alicerçadas em pareceres dos próprios especialistas de Bruxelas, somos confrontados com uma excessiva lentidão», lamentou o ministro. Capoulas Santos salientou que a manutenção do embargo «está a prejudicar seriamente os exportadores portugueses de touros de lide», recordando que a época taumomáquica já começou.

### Compensações financeiras

«Exportamos anualmente cerca de 600 touros de lide para França e Espanha», informou Capoulas Santos.

O titular da pasta da Agricultura prometeu que Portugal «exigirá compensações financeiras à UE pelos prejuízos que estão a cair sobre os ombros dos ganadeiros portugueses».

«Esperamos poder indemnizar quem está a sofrer prejuízos consideráveis não apenas no imediato, mas também pela eventual perda de mercados no futuro», acrescentou o ministro.

Capoulas Santos informou ainda que o conjunto de acções envolvidas no plano de erradicação da BSE em Portugal custará cerca de 10 milhões de contos, indicando que a comparticipação comunitária nas despesas está ainda por decidir, mas «não deverá ser muito significativa».

## MODERNIZAR E DESCENTRALIZAR

**U**ma resposta às exigências de coordenação política da administração periférica do Estado poderá estar na base de futuras alterações na orgânica do Executivo, alterações estas que não foram postas de parte pelo primeiro-ministro, António Guterres.

Para o chefe de Governo, que falava, no passado dia 15, em Lisboa, na abertura da conferência internacional comemorativa do 20º aniversário do Instituto Nacional de Administração (INA), o problema da Administração Pública não é ter «gente a mais», mas pessoas «não colocadas no sítio certo, que não têm a qualificação certa, nem desempenham a função adequada».

Segundo Guterres, na Administração Pública verifica-se «um excesso de dimensão a nível dos órgãos centrais e uma escassa capacidade ao nível dos órgãos periféricos», situação ainda agravada pela dificuldade de coordenação.

Na opinião do primeiro-ministro, a criação das regiões administrativas teria ajudado à

solução do problema mas, ao ser rejeitada, isso «não deve impedir de aliar uma descentralização onde ela é possível (para os municípios e associações de municípios) com uma desconcentração significativa da própria administração pública central».

«Entretanto, tem de ser garantida a coordenação política da administração periférica, a qual deve ter muito maior dimensão, capacidade e funções mais relevantes no seu relacionamento com os cidadãos», afirmou, acrescentando que «essa articulação compete ao Governo Central e exigirá a própria alteração da estrutura orgânica do Governo».

António Guterres, que tinha a seu lado o ministro adjunto, Jorge Coelho, que tem a tutela do INA, lembrou que em Portugal a Administração Pública é essencialmente «napoleónica, sectorialmente segmentada, com dificuldades de coordenação horizontal e muito burocratizada no seu funcionamento».

Sabendo-se que grandes instituições e

estruturas não se auto-reformam, o problema que se coloca a nível da Administração Pública é o da necessidade de um momento de ruptura, defendeu ainda Guterres.

«Ora, neste momento existe a possibilidade real de introduzir grandes alterações no sector, não só pela substituição nos próximos dez anos de 40 por cento dos funcionários públicos, como pelos instrumentos tecnológicos existentes e pela cada vez maior capacidade de formação, de que o INA tem um papel destacado», recordou. Guterres referiu igualmente que, pela primeira vez, estavam a criar-se condições que objectivamente tornam possível o vencer das resistências corporativas e de lógicas institucionais que até agora tornariam inviável qualquer ruptura sem a destruição da própria instituição.

Para o primeiro-ministro, muitas das instituições devem ter regras de autonomia muito mais amplas no seu funcionamento, o que já se perspectiva actualmente para os estabelecimentos do ensino bási-

co e secundário e para os hospitais.

«Entretanto, hoje, em muitos domínios, o aparelho central dos ministérios concentra-se cada vez mais em órgãos de staff de elevada qualidade técnica e as acções executivas são entregues depois a agências com grande autonomia de gestão e a Administração inglesa, por exemplo, está a sofrer uma grande evolução neste sentido», frisou.

Nessa perspectiva, o chefe de Governo admitiu também «a própria transferência para o sector privado, não da responsabilidade pelo fornecimento dos bens públicos, mas da execução material das tarefas necessárias a esse fornecimento, com evidentes vantagens em muitos domínios em termos de economia e de eficácia».

«Isto na perspectiva de um princípio que me parece essencial, em que ao Estado competirá sempre uma função de concepção e de assunção da responsabilidade, mas em que a execução material das tarefas pode ser feita por muitas e diversas formas», concluiu.



## Cascais

### Mercado da Parede com obras de beneficiação

O município de Cascais vai apoiar os trabalhos de recuperação do Mercado da Parede, com a atribuição de um subsídio no valor de 15 mil contos à junta de freguesia local para a realização de trabalhos com carácter de urgência, nomeadamente a nível da cobertura.

A autarquia pretende com este apoio vivificar o comércio tradicional e um dos ex-libris do património construído na Parede.

## Fafe

### XIII Torneio de Futebol Juvenil

Realizou-se no passado dia 10 a final do XIII Torneio de Futebol Juvenil de Fafe, organizado pelo pelouro do Desporto da Câmara Municipal e que se vem a disputar desde o 25 de Abril, com a participação de 17 equipas, representativas de clubes do concelho.

## Faro

### Autarquia apoia cicloturismo

A Câmara Municipal de Faro deliberou apoiar a IV Volta ao Algarve em Cicloturismo, através de um subsídio de 80 contos e a oferta de dois troféus e de diversas lembranças.

Alargar a prática desportiva a um número crescente de cidadãos tem sido um dos mais importantes objectivos da autarquia.

## Felgueiras

### Mais água em seis freguesias

A Câmara Municipal de Felgueiras adjudicou recentemente a uma empresa as empreitadas «Sistema de abastecimento de água isolados - sector 7 - outros» e «Expansão do sistema de abastecimento de água de Idães/Sousa/Torrados», pelos montantes de 45.351 e 20.954 contos, respectivamente.



Para Fátima Felgueiras, presidente da autarquia, o lançamento destas obras e de outras que ocorrerão brevemente vêem ao encontro de uma das grandes apostas do

seu Executivo que é de atingir uma taxa de cobertura de abastecimento de água próxima dos 85 por cento até ao ano 2000.

## Marinha Grande

### Cartões de acesso ao Museu do Vidro

A Câmara Municipal da Marinha Grande, na última reunião do seu Executivo e por proposta do seu presidente, o socialista Álvaro Órfão, aprovou a criação de cartões de ingresso no Museu do Vidro.

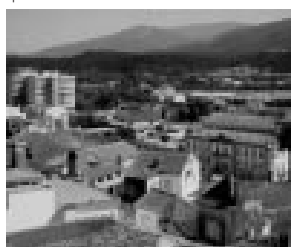


A grande afluência de visitantes que se tem vindo a registar no Museu do Vidro levou o presidente da autarquia a propor «que deverão ser criados cartões de acesso colectivo que permitam alguma flexibilidade a empresas e instituições que normalmente operam com o Museu do Vidro».

## Miranda do Corvo

### Novo quartel dos bombeiros

A Câmara Municipal de Miranda do Corvo está a subsidiar a construção do novo quartel dos bombeiros.



As obras de construção continuam em bom ritmo de execução e o novo quartel dos soldados da paz será uma realidade.

## Ovar

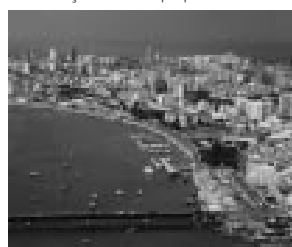
### Biblioteca Municipal com horário alargado

O Executivo camarário aprovou uma proposta de alargamento do horário de funcionamento da Biblioteca Municipal, de modo a corresponder às necessidades dos muitos munícipes que frequentam aquela infra-estrutura cultural.

## Portimão

### Facilitadas reparações em casa própria

A Câmara de Portimão, em colaboração com o Instituto Nacional de Habitação (INH), lançou um programa para facilitar o acesso aos empréstimos bancários, sem juros, para obras de conservação e beneficiação de casa própria.



Trata-se do programa «Solarh», destinado a idosos e a pessoas de fracos recursos económicos, que podem contrair empréstimos para aquele fim, sem juros, até ao limite de dois mil contos.

Segundo a autarquia, o programa tem como principais objectivos criar condições para o alargamento do mercado de obras de reparação em habitações, permitindo aos munícipes o acesso a empréstimos livres de juros e encargos bancários.

## Vila do Conde

### VII Festival de Cinema

O VII Festival Internacional de Curtas-Metragens de Vila do Conde decorreu entre 6 e 11 de Julho, com um arrojado programa sobre «Sexo e transgressões» e a presença do cineasta Alexander Sokurov.



O júri do festival visionou 1237 filmes, tendo seleccionado 43 curtas-metragens (duas portuguesas) com duração igual ou inferior a 40 minutos para as 10 sessões de competição internacional e 13 para a competição nacional, seis das quais em antestreia absoluta.

«Entretanto», de Miguel Gomes, e «Entre Nós», de Margarida Cardoso, foram os dois filmes que concorreram às secções nacional e internacional, destacando-se naquela também as antestreias de «No caminho para a escola», de Marco Martins,

«Within», de Pedro Serrazina, «Partes tão tristes, os tristes», de Teresa Prata, e «Chuva», de Luis Fonseca.

Todos os filmes da secção nacional foram legendados em inglês e os da internacional em português.

Alem das secções competitivas, o programa do festival incluiu uma retrospectiva dedicada ao tema «Sexo e transgressões», que ocupou as sessões mais tardias.

### «Cult movies»

Este ciclo reuniu autores de «cult movies» do cinema «underground» e ícones do cinema de vanguarda europeu e americano como George e Mike Kuchar, Man Ray, Jean Cocteau, Jack Smith, Richard Kern, Pasolini, Bunuel, entre outros. «Provocação, imaginário sensacionalista, violência, pornografia, droga e desilusão numa existência à beira do abismo» foram temas abordados nos filmes.

Para apresentar uma retrospectiva integral da sua obra, esteve presente no festival o cineasta russo Alexander Sokurov e do seu director de fotografia Alexei Fiodorov.

Conhecido do público português através do filme «Mãe e filho», exibido recentemente nas salas de cinema, Sokurov é autor de uma vasta obra e percurso cinematográfico que vagueia entre a curta e a longa metragem e inúmeros trabalhos em vídeo.

Um programa de filmes dedicado a uma audiência mais jovem, «Europe in Shorts IV», uma mostra de filmes de animação da Península Ibérica, «Ibéria Animada», e o III Mercado da Curta-Metragem foram outras iniciativas do certame.

## Santo Tirso

### Projecto Integrado Turístico de Base Regional

A Câmara Municipal de Santo Tirso vai abrir brevemente uma nova fase de candidaturas ao Programa PITER (Projecto Integrado Turístico de Base Regional).



O PITER tem como objectivo apoiar e incentivar projectos compostos por diferentes empreendimentos de natureza turística e actividades ou serviços autónomos directamente associados àqueles que concorram para a criação de núcleos funcionalmente independentes de oferta turística ou de aproveitamento de nichos de mercado turístico.

## PS EM MOVIMENTO

### MAÇÃO

#### Jantar reúne mil militantes

O camarada Jorge Coelho afirmou na passada sexta-feira à noite, em Penhascoso, Mação, que os «empresários têm de respeitar o Governo».

O dirigente nacional do PS, que participou num jantar que reuniu cerca de mil militantes e simpatizantes do PS da região, referia-se ao caso Champalimaud, sublinhando que os empresários têm que «respeitar o Governo e o Estado de Direito». Noutro passo da sua intervenção, o camarada Jorge Coelho teceu algumas críticas ao PSD.

#### Vencer as legislativas e as autárquicas

Ao contrário do líder laranja «que quer ganhar não sabe é quando, no PS sabemos quando é que queremos ganhar. Queremos ganhar as legislativas e as autárquicas». O camarada Jorge Coelho comprometeu-se com os cerca de mil militantes e simpatizantes do partido do punho presentes no jantar que assinalou os 25 anos do PS em Mação: «Se o PS ganhar as legislativas, na segunda-feira a seguir às eleições venho aqui a Penhascoso para festejarmos a vitória.»

Preparem-se pois os militantes do concelho de Mação para uma grande festa anunciada da vitória em Outubro. Vai ser uma festa de arromba e os dedicados militantes de Mação bem o merecem pelo notável trabalho realizado.

### SETÚBAL

#### Concelhia analisa europeias

Reunida no passado dia 17 de Junho sob a presidência do camarada Catarino Costa, a Comissão Política Concelhia do PS/Setúbal analisou os resultados das eleições europeias.

Após terem sido dissecados os resultados que, a nível nacional e distrital, se traduziram numa «clara vitória do PS e da lista encabeçada por Mário Soares», a Concelhia de Setúbal do PS analisou detalhadamente os resultados obtidos no concelho de Setúbal, onde a vitória, em termos percentuais, foi inclusivamente superior à expressiva vitória nacional e distrital.

#### Expressivas vitórias

O camarada Catarino Costa congratulou-se com o facto de ter vencido em sete das oito freguesias do concelho, apenas se perdendo no Sado por escassos 50 votos. O presidente da Concelhia realçou ainda as «expressivas vitórias» nas freguesias de Gâmbia, Pontes, Alto da Guerra e, sobretudo, nas freguesias de Azeitão, todas de maioria comunista, após as últimas autárquicas.

#### Moção aprovada por unanimidade

A Comissão Política Concelhia do PS/Setúbal aprovou ainda, por unanimidade e aclamação, em que agradece a toda a população do concelho mais esta «grande manifestação de confiança no PS».

No documento, os socialistas garantem ainda aos setubalenses que «continuaremos a lutar com toda a determinação para uma cada vez maior e melhor qualidade de vida para as populações do concelho».

## Parlamento Europeu Seguro líder do grupo socialista

A renovada sede do Largo do Rato foi palco no dia 21 de uma reunião informal dos eurodeputados do PS eleitos nas últimas eleições europeias para definir tarefas e começar a preparar a «reentré» no novo Parlamento Europeu.

O camarada António José Seguro foi confirmado como o futuro líder do grupo parlamentar do PS em Estrasburgo.

Na reunião onde participaram dez dos 12 deputados eleitos no dia 13, registram-se as ausências por motivos de força maior dos camaradas Joel Hasse Ferreira e Helena Torres Marques, mas também estes dois destacados socialistas defenderam a liderança do camarada António José Seguro à frente do grupo, em substituição do camarada Luís Marinho que é, recorde-se, o eurodeputado socialista com mais mandatos no Parlamento Europeu.

## Século XXI O Século das Mulheres

Um novo século, num novo milénio se aproxima.  
Novos desafios para a humanidade.

Como concretizar todos os anseios das Mulheres na Sociedade? O caminho concreto passa pela afirmação e participação das Mulheres, as quais, através da sua personalidade e das suas características próprias e específicas, têm um papel decisivo na condução dos destinos dos povos e das sociedades. Já neste final de século tem sido especialmente relevante a participação da mulher. Mas é forçoso que ela continue empenhada de modo a que atinja os seus objectivos e que se torne imprescindível numa sociedade moderna e em evolução.

Reflectir sobre estes temas e mobilizar cidadãos para uma participação activa é a aposta do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas com a organização do Congresso «Século XXI – O Século das Mulheres» em que intervirão diversas personalidades nos diferentes temas nos próximos dias e 26 e 27 de Junho, no Hotel Altis.

Agradecemos, a tua participação activa.

FERNANDA TEIXEIRA RIBEIRO, Departamento Nacional das Mulheres Socialistas

## Século XX O Século das Mulheres

**CONGRESSO** 26, 27 Junho  
Hotel Altis, Sala Petropólis

**Organização**  
Departamento Nacional das Mulheres Socialistas

#### Painéis

- As mulheres, direitos humanos e cidadania
- Democracia paritária
- Participação das mulheres no desenvolvimento económico e social
- A mulher e a lusofonia. A cultura da diferença
- As mulheres e os «media»

#### INSCRIÇÕES PARA O CONGRESSO

Departamento Nacional das Mulheres do Partido Socialista  
Largo do Rato 2 – 1269-143 Lisboa  
Tel.: 3822000 (Ext. 230/270)  
Fax: 3822078



## IMIGRAÇÃO, INTEGRAÇÃO E CIDADANIA EM PORTUGAL



**P**ortugal, país de emigração, assumiu-se, também, nos últimos anos, como país de imigração, em que uma parte significativa dos imigrantes pretendem aqui viver de forma duradoura. Assistiu-se, igualmente, na sociedade portuguesa a uma clara preocupação em traçar uma política de integração, cuja lógica inerente procurarei delinear em traços largos.

Neste âmbito, a integração visa possibilitar o acesso dos cidadãos imigrantes a graus progressivos de cidadania.

Para o entender, convém começar por ter presente o quadro constitucional português e, nomeadamente, o facto de Portugal ser uma República «baseada na dignidade da pessoa humana» e o disposto nos artigos 13º e 15º da Constituição.

O artigo 13º proíbe discriminações, nomeadamente em função da raça, língua ou território de origem e o art. 15º consagra o princípio da equiparação dos cidadãos estrangeiros e apátridas com os cidadãos portugueses.

Portugal, que foi durante séculos um país de emigração, tornou-se também nos últimos anos um país de imigração. Tem-se, deste modo, verificado um aumento regular do número de imigrantes que atingiu em fins de 1998, 177 774 residentes legais. Poderemos dizer que é um crescimento ordenado, já que «os aumentos da população estrangeira em 1996 (2,7 por cento), 1997 (1,3 por cento) e 1998 (1,4 por cento) foram percentualmente os mais baixos desde o ano de 1981» (vide Relatório Estatístico do SEF - 1998).

Durante o mesmo período, procurou agir-se de forma coordenada para assegurar uma integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

O actual programa de Governo referiu expressamente medidas e políticas aplicáveis a imigrantes e minorias étnicas e foi criado pela primeira vez um Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas «o qual recebe - de acordo com o disposto no D.L. n.º 3-A/96 - a missão de acompanhar a nível interministerial o apoio à integração dos imigrantes, cuja presença constitui um factor de enriquecimento da sociedade portuguesa. O Alto-Comissário, - acrescenta-se - entidade de âmbito nacional, fica na Presidência de Conselho de Ministros, beneficiando assim de especial autoridade que lhe advém da relação directa com o Primeiro-Ministro».

A necessidade de assegurar «políticas activas que possam efectivamente lutar contra a exclusão social, incentivando uma acção interdepartamental horizontal pelos serviços da administração pública e pelos departamentos governamentais com intervenção neste sector; resume-se na preocupação de contribuir para que os cidadãos legalmente residentes em Portugal tenham oportunidades e dignidade idênticas no sentido de eliminar a discriminação



e de lutar contra o racismo e a xenofobia». Esta circunstância de levar a sério a imigração representou «o reconhecimento de facto, do que até então tinha sido relegado para a categoria de "realidade virtual"» (vide, Maria Margarida Marques e Rui Santos, Prefácio a «Migrações Internacionais - Origens, Tipos e Modos de Incorporação», de Alejandro Portes, Celta Editora, 1999).

O Comité para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas, nas suas conclusões finais sobre Portugal, manifestou a sua satisfação pela criação do ACIME e por diversas iniciativas por ele tomadas. Do programa do Governo constam como já referi diversas medidas e políticas aplicáveis aos imigrantes e minorias étnicas que foram concretizadas.

A primeira preocupação foi criar condições para a regularização dos imigrantes que já se encontravam a viver e trabalhar em Portugal, mas que ainda se encontravam em situação irregular.

A Lei n.º 17/96, de 24 de Maio, que serviu de base a este processo e que foi, aliás, aprovada por unanimidade na Assembleia da República, contribuiu para que milhares de imigrantes que viviam em situação de exclusão e de marginalização se integrassem progressivamente na sociedade portuguesa.

O número de imigrantes que solicitou a regularização da sua situação foi de 35 082, tendo sido admitidos 31 117 processos, dos quais 29 809 tiveram propostas de deferimento.

A regularização da situação dos imigrantes que se encontravam em situação irregular era decerto uma condição necessária mas não suficiente para que essa integração se processasse.

Daí a importância do alargamento significativo dos direitos reconhecidos aos cidadãos imigrantes que traduz o cumprimento

do programa constitucional em matéria de equiparação dos direitos dos cidadãos estrangeiros e apátridas aos cidadãos portugueses.

Dessa equiparação, apenas se exceptuam, de acordo com o art. 15º, n.º 2, «(...) os direitos políticos, o exercício de funções públicas que não tenham carácter predominantemente técnico e os direitos e os deveres reservados pela Constituição e pela lei exclusivamente aos cidadãos portugueses».

Isso não significa que a lei possa privar os estrangeiros de um núcleo de direitos fundamentais.

Faça à Constituição - como afirma J.J. Gomes Canotilho - «A distinção entre "direitos dos portugueses e "direito de todos" carece sempre de justificação ou fundamento material, não devendo esquecer-se o relevo dos standards mínimos fixados pelo direito internacional, relativamente a determinação desse fundamento material» (vide, «Direito Constitucional», Coimbra, Editora Almedina, 1999, 568).

Vale a pena referir algumas das medidas que têm sido tomadas no sentido de contribuir para a integração através de uma acção global contra a exclusão social e que promovem a igualdade de oportunidades para os imigrantes e seus descendentes. A Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, instituiu, pela primeira vez, em Portugal, uma prestação do regime não contributivo de segurança social e um programa de inserção social - é o denominado Rendimento Mínimo Garantido. Os titulares desta prestação são os *individuos com residência legal* em Portugal que reúnem as restantes condições previstas na lei e não apenas os cidadãos portugueses, em coerência com a preocupação de construir uma sociedade mais solidária com mais igualdade de oportunidades para todos.

No Programa de Governo estabeleceu-se,

desde logo, que o combate à pobreza e à exclusão estarão no centro das políticas sociais (designadamente com a criação do RMG), com uma especial atenção no apoio às famílias e aos grupos mais vulneráveis entre os quais se incluíram expressamente os imigrantes.

Os Planos Especiais de Realojamento, cuja iniciativa partiu do anterior Governo, após acontecimentos conhecidos como os que ocorreram com os desalojados de Camarate, não estabeleceram qualquer discriminação em função da nacionalidade, nem, obviamente, em função de qualquer referência étnica.

Diplomas publicados por iniciativa do actual Governo visaram criar condições para uma mais flexível e célere concretização dos Planos Especiais de Realojamento. Foi o caso do Decreto Lei n.º 79/96, de 20 de Junho, vulgarmente designado por *PER-Famílias*, que criou o regime de comparticipações para o apoio à aquisição ou reabilitação de fogos pelas famílias abrangidas pelo PER nas áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

Desta forma, as famílias a realojar podem escolher o local e o fogo mais adequado ao seu realojamento, permitindo uma melhor integração social. Milhares de imigrantes têm através do PER ou do PER-Famílias tido acesso à habitação.

Se a casa é essencial para dar resposta ao mais elementar direito de cidadania, o direito à habitação, não se pode ignorar que os imigrantes são na sua larga maioria trabalhadores.

Daí a importância essencial que se reveste para o processo de integração social - o assegurar a igualdade de direitos do trabalhador imigrante.

Encontrámos uma lei de trabalho de estrangeiros que estabelecia limitações quantitativas ao trabalho de estrangeiros e um grande volume de trabalho informal. A nova Lei n.º 20/98, de 12 de Maio de 1998, estabelece a regulamentação do trabalho de estrangeiros em território português, eliminando qualquer restrição quantitativa à contratação de imigrantes legais e consagra também o princípio da equiparação de direitos, determinando que os cidadãos estrangeiros beneficiam, no exercício da sua actividade profissional, de condições de trabalho nos mesmos termos que os trabalhadores portugueses.

Há que acrescentar também que os trabalhadores imigrantes gozam dos mesmos direitos que os trabalhadores portugueses no que se refere, nomeadamente, à retribuição do trabalho, à organização do trabalho, às condições de higiene e segurança em que o trabalho é prestado, ao repouso e aos lazeres, à assistência material na situação de desemprego.

É-lhes igualmente aplicável a legislação relativa aos acidentes de trabalho e doenças profissionais.

*Continua na página seguinte*

## LIBERDADE DE EXPRESSÃO

### Continuação

Esta é para nós uma área essencial de actuação, daí que saudamos o facto do Conselho Consultivo para os Assuntos de Imigração tenha decidido constituir um grupo de trabalho composto por representantes de comunidades imigrantes, associações sindicais e patronais para em colaboração com o ACIME e a administração do trabalho contribuírem para assegurar a informação dos imigrantes contribuindo para a efectivação dos seus direitos como trabalhadores.

O Conselho Consultivo para os assuntos de Imigração, que entrou recentemente em funcionamento, visa assegurar a participação e a colaboração das associações representativas dos imigrantes, dos parceiros sociais e das instituições de solidariedade social na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão.

Dele fazem parte, nomeadamente, representantes de cada uma das comunidades imigrantes lusófonas residentes em Portugal.

É, também, muito significativo o esforço para alargar o acesso dos imigrantes à formação profissional, não só não estabelecendo limitações de acesso em função

da nacionalidade, como procurando levar a informação sobre as medidas em matéria de emprego e formação para junto dos trabalhadores, através, por exemplo, do Protocolo de colaboração entre o IEFP e o ACIME.

Programas pioneiros têm, aliás, sido iniciados em novas áreas como, por exemplo, o Programa «Pelos Minorias» no quadro do Projecto «Cidades Digitais».

Procurou-se igualmente aumentar os níveis de sucesso educativo dos filhos dos imigrantes.

Para além das experiências de educação intercultural que já vinham sendo realizadas e dos materiais pedagógicos produzidos com esta finalidade, nomeadamente, pelo Entreculturas - Secretariado para a Educação Intercultural do Ministério da Educação - há que referir o contributo que os territórios educativos de intervenção prioritária ou o despacho sobre o currículos alternativos tiveram para o aumento do sucesso educativo dos jovens filhos de imigrantes.

É também muito significativo em matéria de alargamento da cidadania a lei n.º 50/96, de 4 de Setembro, que não se limitou a transpor para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa ao exercício

de voto e elegibilidade nas eleições autárquicas por parte de cidadãos da União Europeia, mas atribuiu a outros estrangeiros residentes em Portugal o direito de voto e elegibilidade nas eleições locais na base da reciprocidade.

Refira-se que a extensão destes direitos a todos os cidadãos está limitado pela exigência de reciprocidade prevista no artigo 15º, n.º 4 da Constituição.

O facto de sermos não apenas um país de imigração, mas também de emigração teve, de certo, influência na consagração da exigência de reciprocidade.

Vale a pena referir que, foi reconhecido já, a cidadãos dos Estados membros da União Europeia, de Cabo Verde, do Brasil, do Peru e do Uruguai, o direito de votarem e de serem eleitos nas eleições locais e aos cidadãos da Noruega, Argentina e Israel o de votarem nas eleições locais nas condições previstas naquele diploma.

Através de um conjunto diversificado de medidas tem vindo a alargar-se os direitos efectivamente exercidos pelos imigrantes.

Pensamos que podemos ler o significado deste processo nos seguintes termos: os imigrantes que começaram por ser vistos como minorias estrangeiras tendem a ga-

nhar progressivamente o estatuto de cidadãos.

É um processo complexo que passa pelo levar a sério o princípio de tratamento nacional dos estrangeiros e apátridas que através da participação nas eleições locais na base da reciprocidade demonstra uma abertura ao exercício de direitos que tem de ser considerados como políticos.

Não considerarei internacionalmente a situação particular dos beneficiários da cidadania europeia ou de cidadãos de países lusófonos com acordos bilaterais com Portugal que, por esses motivos, podem ser ainda alargados os direitos para além dos limites genericamente fixados no n.º 2 do artigo 15º a que já nos referimos. O caminho conduz ao exercício progressivo por parte dos imigrantes legalmente residentes em Portugal.

Para concluir, gostaria de relembrar que tal como adverte Boaventura Sousa Santos «a cidadania não é (...) monolítica; é constituída por diferentes tipos de direitos e de instituições, é produto de histórias sociais diferenciadas protagonizadas por grupos sociais diferentes». (in, «Pela Mão de Alice, O Social e o Político na Pós-Modernidade», Porto - Ed. Afrontamento 1994 p.210 e segs).

CES

João Rodrigues dos Santos

## PORTUGAL: UMA ESTRATÉGIA PARA O SÉCULO XXI

No passado dia 21, no Conselho Económico e Social (CES), numa sessão destinada a aprovar o parecer do CES sobre o documento «Visão Estratégica para Vencer o Século XXI», no âmbito do Plano Nacional do Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), o Ministro do Equipamento, João Cravinho, anunciou que o montante financeiro mais elevado do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) irá para o Eixo «Qualificação de Recursos Humanos, Criação de Emprego e Coesão Social». «Aquele Eixo», assinalou, «inclui não só a educação, formação profissional e ciência, mas também, a saúde, os programas de desenvolvimento social e a sociedade de informação». Anunciou também que Portugal apresentará à Comissão Europeia no final do mês de Julho o Plano de Desenvolvimento regional (PDR), cuja negociação será feita pelo Governo que sair das próximas legislativas. Na introdução do seu parecer, o CES relembra que os seus pareceres não visam aplaudir as propostas do Governo, mas antes, fazer comentários e observações que possam contribuir para enriquecer e melhorar os documentos do Executivo. Apesar disso, o parecer aplaudiu a qualidade do diagnóstico feito no PNDES. Face a algumas dúvidas do CES, quanto à «Visão Estratégica» como documento de estratégia, ficou bem claro que o Gover-



no apresentou um conjunto de orientações coordenadas e orientadas para um objectivo central que é o da valorização das pessoas e da coesão social. Ficou também claro que esta estratégia é sustentável em termos financeiros porque o País apresenta hoje uma situação macroeconómica saudável e dispõe de acesso, sem restrições, ao financiamento externo. Também é sustentável em ter-

mos ambientais porque toma em consideração as especificidades das regiões, incluindo a sua situação demográfica, a situação ecológica, a integração dos imperativos ambientais e o respeito pela política ambiental comunitária e seus instrumentos.

Relativamente à ideia de fazer de Portugal uma plataforma atlântica, o CES manifestou algum cepticismo, não compar-

tilhando, assim, da análise do Governo sobre as oportunidades que se abrem a Portugal decorrentes do congestionamento dos principais corredores de tráfego e portos do Norte da Europa, situação que se agravará com o alargamento da União Europeia e o conseqüente desenvolvimento dos países do Leste Europeu.

Por seu turno, a Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Maria José Constâncio, previu um crescimento médio do PIB de 3,5 por cento para o período 2000-2006, assegurando um diferencial de pelo menos 1 ponto percentual em relação à média europeia. «Um ritmo de crescimento desta ordem», disse, «é necessário para que se possam realizar progressos na convergência da produtividade sem comprometer o emprego.» A Secretária de Estado afirmou também que o índice de produtividade deverá crescer mais de 6 pontos no mesmo período, e que o crescimento do investimento médio deverá rondar os 6 por cento ao ano. Por último, relativamente à questão da execução financeira do QCA II, Maria José Constâncio constatou que no final do ano passado a taxa atingiu os 71 por cento, uma das mais altas da Europa comunitária, o que prova a dinâmica instalada no âmbito da utilização dos Fundos Estruturais, e abre boas perspectivas para o arranque do III QCA.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Petiscos em Abrantes**

Decorre, a partir de amanhã e até ao dia 4 de Julho, mais uma edição da Feira do Petisco.

Assim, o recinto das Festas do Pego vai ser um dos principais locais de romaria dos apreciadores da boa gastronomia regional.

Para animar o petiscar haverá uma série de actuações a cargo do Rancho Folclórico Os Camponeses, de Malpique (amanhã); da Orquestra de Harmónicas e da Orquestra Ligeira Juvenil de Ponte Sor (sábado, 26); do agrupamento Santos da Terra (domingo, 27), do Rancho Folclórico da ADC de Arreciadas (2 de Julho); do Grupo de Cantares Populares O Rouxinol (3 de Julho) e do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Pego (4 de Julho).

**Sarau desportivo em Albufeira**

Decorre, hoje, no Pavilhão da Escola Secundária de Albufeira, o II Encontro de Expressão e Educação Físico-Motora do Concelho, um evento que envolverá, durante todo o dia, cerca de um milhar de crianças das escolas do 1º ciclo. Amanhã, o Teatro Meridional apresenta, pelas 21 e 30, no Auditório Municipal, a peça «Calisto».

**Música em Coimbra**

O agrupamento musical 5ª Punkada apresenta-se, amanhã, pelas 21 e 30, na Praça 8 de Maio.

A tradicional Feira das Velharias realiza-se, no dia 26, na Praça Velha.

A imaginação e o talento de cerca de três dezenas de pintores de «palmo e meio» de Coimbra está patente nos trabalhos que expõem, até ao dia 29, na Casa Municipal da Cultura.

Naturezas mortas, paisagens onde predominam pássaros, flores, árvores, barcos, o mar e a praia, são alguns dos motivos escolhidos para os quadros, pintados com recurso a técnicas que vão da aguarela, ao pastel e aos acrílicos ou estilos mistos.

**Espectáculo em Fafe**

Para os apreciadores do cinema contemporâneo português e no âmbito da Semana da Juventude de Fafe, o Estúdio Fénix exhibe, hoje, o filme «Jaime», de António-Pedro Vasconcelos.

No sábado, divirta-se com o espectáculo que o agrupamento Fúria do Açúcar e os S'K Ihe têm reservado, na Arcada.

**Ciclo de cinema em Faro**

O Cineclub promove, até ao final do mês, um ciclo de cinema composto por filmes fortes e assustadores.

A iniciativa, que tem como palco a sala do

Instituto Português da Juventude (IPJ), é retomada amanhã, após breve intervalo, com uma dose dupla de «Psycho», de Alfred Hitchcock, uma produção de 1960, e de Gus Van Sant, um filme produzido por este norte-americano cerca de 28 anos depois.

«Eraserhead», de David Lynch (dia 28) e «Massacre no Texas», de Tobe Hooper (dia 30), completam este ciclo de cinema fantástico do Cineclub da capital algarvia.

**Xadrez em Guimarães**

Hoje, às 22 horas, o Parque das Hortas será palco de um espectáculo dos Fragmentos e dos Xutos & Pontapés.

No sábado, dia 26, não perca o início do V Open de Xadrez da Cidade de Guimarães, no Jardim da Alameda, pelas 10 horas.

No domingo, às 11 horas, a Orquestra do Norte dará um concerto - «Promedane» - no Centro Histórico.

O filme «Central Brasil», de Walter Salles, será exibido, no dia 29, pelas 21 e 30, no Auditório da Universidade do Minho.

**Moda em Lisboa**

A Delegação Regional do IPJ de Lisboa transforma-se, hoje, a partir das 15 e 30, numa passarela para um desfile de moda. O espectáculo insere-se na iniciativa «Looks do IPJ», e subordina-se ao tema «Os Anos 60 e a Vida Rural», estando a cargo dos alunos finalistas do Colégio Vasco da Gama.

Amanhã estreiam nas salas de cinema lisboetas duas películas: «Alice e Martin», de André Téchiné, e «Matrix», de Larry & Andy Wachowski.

Os admiradores da cantora canadiana Analis Morissette poderão deliciar-se com as suas canções preferidas no espectáculo que a jovem artista dará, no dia 29, no Pavilhão Atlântico do Parque das Nações, no âmbito da sua mais recente digressão mundial, o «Junkie Tour».

**Design em Matosinhos**

A mostra de design e peças de joalharia/ourivesaria da autoria de Néilson Ribeiro, poderá ser visitada a partir de amanhã e até ao dia 31 de Julho, na Galeria do Município.

**Dança em Portimão**

«A Bela Adormecida» é o bailado clássico que poderá apreciar se for, no dia 30, ou nos dias 2, 3 e 4 de Julho, ao Pavilhão Gimnodesportivo, num espectáculo a cargo da Companhia Nacional de Bailado.

**Festas no Porto**

As tradicionais Festas de São João têm no dia de hoje um dos seus pontos altos com a XVII Regata de Barcos Rebeldes. O con-

curso Hípico Internacional decorrerá a partir de amanhã, terminando no domingo, e o XVII Meeting Internacional de Natação realizar-se-á durante o fim-de-semana.

O programa musical das Festas de São João da Invicta promete.

Hoje é dia de concerto. O festival «Ritmos/festas do Mundo» acontecerá amanhã, sábado e domingo.

O cantor brasileiro Chico Buarque apresenta-se este sábado, dia 26, no Coliseu.

No domingo 27 haverá também um Encontro de Coros de Música Popular.

A mostra de gravuras sobre aço inox da artista Fátima Calapez estará patente ao público, até ao dia 11 de Julho, na Casa Tait.

**Fotos em Santo Tirso**

«Raízes sem terra» é o nome da exposição fotográfica de Cristina Pinto, que, no Museu Municipal Abade Pedrosa, permanecerá aberta ao público, até amanhã.

**Vídeo em Valença**

«As Palavras que Nunca te Direi» é a película, realizada por Luis Mandoki, com Kevin Costner e Robin Wright nos principais papéis, que poderá ver, no Cine-Ibéria, a partir de amanhã e até ao dia 29.

Para os «miúdos», as sessões de vídeo da Biblioteca Municipal reservam, no dia 30, a história «Os Pequenos Feiticeiros».

**Teatro em V.R. de Santo António**

Ao todo serão 12 os espectáculos de teatro representados por outras tantas companhias algarvias e quatro oficinas de estudo, numa iniciativa que ficará conhecida como a I Mostra de Teatro do Algarve, que decorre em Vila Real de Santo António, até ao dia 27.

A iniciativa tem como principal objectivo a dinamização das áreas cénicas e a sua divulgação junto da população do sotavento algarvio.

**Concerto**

**NEY MATOGROSSO**

24, 25, 26 e 27  
Junho  
Coliseu de Lisboa

30 de Junho  
Coliseu do Porto

SUGESTÃO

**Noites de Verão**

As noites de Verão da cidade de Coimbra têm já um programa de animação, integrando vários artistas de diferentes origens e estilos que vão do fado, ao folclore, passando pelo flamenco, pela música cubana e pelo rock e terminando no jazz.

Assim, o programa cultural, organizado pela Câmara de Coimbra, decorre até Setembro e é orientado para os diversos tipos de públicos e gostos musicais. Para as quintas-feiras de Junho, Julho e Setembro a aposta vai para os espectáculos de pop e jazz e música cubana, com Maria João e Mário Laginha, Ala dos Namorados, André Sardet, Red Line Amaramagem, Viviana e sus Muchachas del Son, entre outros.

As terças e quintas-feiras de Agosto têm a canção de Coimbra como tema, enquanto as sextas-feiras da época estival são preenchidas com música folclórica. O Folk Group Odra (Checoslováquia), o Grupo de Tradiciones Escola Superior de Música y Danza de Monterrey (México), os Ciganos d'Ouro, um grupo espanhol que se denomina da área do «Pop Cigano» e Pedro Jóia, um guitarrista de flamenco, são outros participantes.

Uma das atracções do programa é o grupo rock 5ª Punkada, formado por jovens do Núcleo Regional do Centro da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral.



**POEMA DA SEMANA**

**Seleção de Carlos Carranca**

**Soneto (Fevereiro de 1902)**

*Talvez tu chorares n'esta hora – Eu  
Estou tão contente, canto tanto e rio!  
Este sol de hoje não me quis sombrio,  
E a natureza não me quer só teu.*

*Talvez tu chores; minha dor morreu  
Ante a luz forte e sensual do Estio;  
E se tu choras porque tens só frio,  
Quem tem a culpa se eu me rir – é o Céu.*

*Pois chora, chora – a Dor humana tem  
De ter quem a amamente – mas se alguém,  
se tu, para não ver os astros saos*

*Viesses fechar-me os olhos – tu, criança,  
Eu, que nas tuas mãos pus minha  
esperança  
Era capaz de te quebrar as mãos!*

**Manuel Laranjeira**



## «O EURO É UM INSTRUMENTO NÃO É UMA FINALIDADE»

**N**a sequência de um processo complexo mas sempre progressivo, lançado depois da aprovação do tratado da União Europeia em 1992, foi criado a partir de 1 de Janeiro do corrente ano, a Moeda Única europeia ou seja o euro. Portugal em geral e a economia portuguesa em particular integram, de pleno direito, a zona euro desde o seu início. Tal, só foi conseguido pelos resultados das políticas de moderação de preços e de controlo das finanças públicas que foram implementadas e coroadas de êxito. E tal ocorreu também num contexto de profunda aproximação aos níveis médios de vida da comunidade ou seja na sequência de um processo de convergência real bem sucedido e sustentado. São evidentes as vantagens que decorrem da zona euro nomeadamente no âmbito comercial (intra-comunitário e com o exterior) mas também quanto à segurança que introduzem no domínio do investimento, do crescimento económico e da inovação. Só que os socialistas não encaram o euro como um fim (uma finalidade) mas sim

como um instrumento (ou seja uma arma do progresso económico e de coesão social). A partir de 1 de Janeiro de 1999 a União Europeia alcançou o seu mais alto estágio de integração económica até ao momento. A introdução do Euro coloca a Europa numa posição privilegiada para desempenhar na economia mundial um papel correspondente ao seu próprio peso económico. Mas o objectivo prioritário da Europa continua a ser o aumento do Emprego. Ora o aparecimento do euro, exigindo a coordenação das políticas económicas, e uma maior interacção entre as políticas de rendimentos, monetária, orçamental e financeira, será seguramente um instrumento poderoso para atingir esse objectivo. Tal já foi, aliás, reconhecido, na Cimeira de Colónia e mesmo o papel do Banco Central Europeu que, alguns temiam se limitasse apenas à gestão da moderação dos preços, foi requalificado atribuindo-se a esta instituição um papel preponderante na luta contra o desemprego e a favor do crescimento económico. É aliás, significativa que esta reinterpretação

do papel do BCE tenha surgido por iniciativa do Primeiro-Ministro português e a ela tenham aderido a totalidade dos Estados Membros da União. Observação semelhante se poderia fazer relativamente no papel do Banco Europeu de Investimento como instrumento fundamental para a prossecução dos mesmos objectivos. Ora, aqui está o verdadeiro papel dos deputados socialistas no Parlamento Europeu relativamente a esta matéria. Mais do que consolidar e desenvolver políticas monetárias de cariz conservador, o que importa é contribuir para a criação dos instrumentos e das políticas de crescimento económico e de bem estar com uma acentuada dimensão da coesão social. Tal vai exigir do Grupo Parlamentar Europeu/PS, um diálogo permanente com o tecido produtivo nacional, bem como uma actividade de acompanhamento das acções do governo no plano interno, por forma a potenciar a capacidade de intervenção de Portugal no contexto europeu numa óptica de progresso e de aprofundamento da integração.

«Esta Europa tecnocrática está demasiado longe dos cidadãos»  
**Manuel Alegre**  
*Expresso, 19 de Junho*

«É preciso reabilitar a política, o discurso, a ideologia. E é preciso que os socialistas deixem de imitar os conservadores»  
**Idem, ibidem**

«Os resultados das europeias mostram que o PS foi o único vencedor claro e tem possibilidades de atingir a maioria absoluta nas legislativas»  
**José Carlos de Vasconcelos**  
*Visão, 17 de Junho*

«Querendo impingir a toda a esquerda socialista europeia as suas teses neoliberais de fachada trabalhista e social-democrata, os dois principais chefes da guarda pretoriana de Bill Clinton na Europa (Blair e Schroeder) publicaram uma vulgata do seu autoproclamado social-liberalismo, na qual ignoram completamente os compromissos assumidos pelos partidos socialistas da União Europeia na "plataforma comum" que assinaram em Milão»  
**Alfredo Barroso**  
*Expresso, 19 de Junho*

«Tanto um como o outro (Blair e Schroeder) insistem em governar à direita. E, se é para a esquerda governar à direita, então mais vale que seja a direita a governar»  
**Idem, ibidem**



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director:  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz